



ISSN 2675-5238



Revista Científica

# IMENSÃO

Investigação Científica  
Acadêmica e Profissional

v. 6, n. 1 Abril/junho 2021

0101010101010101



 **awking**  
EDITORA

[www.editorahawking.com.br](http://www.editorahawking.com.br)

Revista Dimensão  
v.6 n.1 abril/junho 2021

**EDITORIAL:** Betijane Soares de Barros  
**REVISÃO ORTOGRÁFICA:** Editora Hawking  
**DIAGRAMAÇÃO:** Bruna Natalia de Freitas Silva  
**DESIGNER DE CAPA:** Editora Hawking  
**IMAGENS DE CAPA:** canva.com  
**ARTE FINAL:** Editora Hawking

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



A Revista Dimensão está sob os direitos da Creative Commons 4.0 [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

#### **NOTAS DO EDITOR**

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Dimensão a partir do seu smartphone ou tablet, escanei o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

---

Revista Dimensão /Editora Hawking

- Vol. 6, n. 1 (2021) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2020 –  
Trimestral

ISSN impresso

1. Revista Dimensão – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

---

**2021 Editora Hawking**

Rua Luiz Clemente de Vasconcelos, 725B, Clima Bom I. Maceió/AL. CEP 57071-040  
Disponível em: [www.editorahawking.com.br](http://www.editorahawking.com.br)  
[editorahawking@gmail.com](mailto:editorahawking@gmail.com)

## DIREÇÃO EDITORIAL

### **Dr<sup>a</sup> Betijane Soares de Barros**

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

## CONSELHO EDITORIAL

### **Dr<sup>a</sup>. Adriana de Lima Mendonça**

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

### **Dr. Anderson de Alencar Menezes**

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

### **Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli**

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

### **Dr. Anildo Monteiro Caldas**

Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - FCAV/UNESP (2015), com período sanduíche em Universidad de Valladolid - Espanha, área de concentração "Ciência do solo / Linha de pesquisa Engenharia de água e solo". Mestre em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), área de concentração "Engenharia de Água e Solo / Linha de pesquisa Solo e Geoprocessamento".

Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004). Atual como professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural da UFRPE. Tem experiência em Extensão Rural e Estágio de Vivência Rural Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Cartografia, SIG e Avaliação e Perícias Rurais.

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

#### **Dr. Eduardo Cabral da Silva**

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)  
Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)  
Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

#### **Dr. Fábio Luiz Fregadoli**

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)  
Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)  
Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

#### **Dr.<sup>a</sup>. Jamyle Nunes de Souza Ferro**

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)  
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)  
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)  
Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

#### **Dr.<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)  
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)  
Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

#### **Dr. Patrocínio Solon Freire**

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)  
Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)  
Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)

Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)  
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

#### **Dr. Rafael Vital dos Santos**

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)  
Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/300068446222111>

## AVALIADORES DESTE NÚMERO

**Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli**

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

**Dr. Anildo Monteiro Caldas**

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

**Dr. Eduardo Cabral da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

**Dr. Fábio Luiz Fregadolli**

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

**Dr<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

**Dr<sup>a</sup>. Lucy Vieira da Silva Lima**

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

**Dr. Rafael Vital dos Santos**

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

# EDITORIAL

---

A Revista Dimensão (ISSN 2675-5238) iniciada em 2020, é um periódico multidisciplinar trimestral, conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde, gestão, direito, ciências, administração, tecnologia e outros, desenvolvidos em mestrados e doutorados acadêmicos, por profissionais de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. O objetivo da Revista Dimensão é promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, entre pesquisadores, graduandos e de pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A Revista Dimensão é uma publicação periódica editada com o intuito de disseminar o conhecimento científico e promover o progresso da ciência. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica.

---

Betijane Soares de Barros



## SUMÁRIO

---

<b>EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA</b>	<b>01</b>
Nadieje Maria Soares da Silva	
<b>PARCERIA DE SUCESSO: FAMÍLIA E ESCOLA JUNTOS POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SIGNIFICATIVA E DE QUALIDADE</b>	<b>23</b>
Cassiane Alves Santos Bispo	
Ivaldo Sales Nascimento Júnior	
Bernard Pereira Almeida	
Joselito Araújo Silva	
Adriana Cavalcante da Silva Lessa	
Wesley dos Santos Lima	
<b>A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO SUJEITO</b>	<b>29</b>
Micherlangela Conceição Lima	
<b>ACOLHIMENTO DO USUÁRIO DO PSF (PROGRAMA DA SAÚDE DA FAMÍLIA) COM ABORDAGEM NO CAMPO ODONTOLÓGICO INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE ALAGOAS – IMAS MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO</b>	<b>41</b>
Dílson Cavalcante Tenório	
José Silva de Menezes	
Betijane Soares de Barros	



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA

*Nadieje Maria Soares da Silva*<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo foi motivado pelo desejo da autora em aprofundar seu conhecimento sobre a pandemia para a educação, cujo objetivo é estudar os efeitos do Novo Coronavírus para a sociedade e particularmente para educação, a relação professor-aluno, a prática e a realização de aulas remotas para o ensino aprendizagem, buscando entender problemáticas como: até que ponto o uso dos dispositivos digitais contribui ou reduz a ação da aprendizagem? As aulas remotas correspondem efetivamente às aulas presenciais, a uma aprendizagem significativa? Foi o que se buscou demonstrar no percurso deste artigo, onde também se inclui o papel da escola com entidade eminentemente educativa. Adota como metodologia a pesquisa bibliográfica tendo como suporte teórico autores como: Barbosa, Viegas e Batista (2020), Dias e Pinto (2019), Vieira e Ricci (2020), entre outros. Sustenta, em síntese, que a educação é o bem maior do ser humano e que a escola e professores devem ouvir e compreender os reclamos dos alunos para então dar soluções para facilitar o aprendizado e a educação com aulas remotas.

**Palavras-chave:** Pandemia. Aluno-professor. Aprendizagem. Função social da escola.

---

<sup>1</sup>. Mestra e doutoranda da Universidad Autónoma de Asuncion - UAA

## INTRODUÇÃO

Motivado pelo interesse da autora em compreender com maior profundidade a relação educação e pandemia, este artigo tem como objetivo estudar os efeitos da pandemia na educação, a relação professor-aluno, a prática e a realidade das aulas remotas para o ensino-aprendizagem.

Tendo como problemática a interferência da pandemia do novo coronavírus, buscando responder questões como: até que ponto o uso dos dispositivos digitais contribui ou reduz a ação da aprendizagem? As aulas remotas correspondem efetivamente às aulas presenciais? As aulas remotas levam a uma aprendizagem significativa? É o que se pretende responder durante o desenvolver deste artigo, assim como qual o papel da escola na conscientização da comunidade escolar no contexto da pandemia.

Adotando como metodologia a pesquisa bibliográfica com suporte em autores como: Anastasiou (2002), Barbosa; Viegas e Batista (2020), Dias e Pinto (2019), Silveira (2020), Vieira e Ricci (2020), a partir do entendimento de que toda pesquisa, conforme pontuam Lankshear & Knobel (2008, p.32), “é guiada por estruturas teóricas e conceituais circunscrevendo o curso e o campo visualizado o levantamento de informações

de qualidade pertinente às questões decorrentes e aos propósitos do pesquisador, de forma coerente”.

Trata sobre o papel da escola em período de pandemia no contexto da sociedade e quais suas implicações para a educação brasileira e seus efeitos no ensino-aprendizagem e como se pode minimizar sua interferência na educação dentro da realidade educativa.

Fundamenta que a educação é o bem maior do ser humanos, ao tempo em que pontifica a realidade da pandemia para a escola e para a educação, configurando que o combate a pandemia é uma questão coletiva, enfatizando que o negacionismo à pandemia é um ato incivilizado, cabendo à escola assumir seu papel social, principalmente, no sentido de educar a comunidade escolar sobre as medidas para a prevenção do contágio pelo Covid-19.

Trata da preocupação da escola e dos professores sobre a prática didático-pedagógica, focando as dificuldades dos alunos, principalmente, de baixa renda sobre a aquisição de equipamentos, dificuldade de acesso às mídias digitais, agravada especialmente para os alunos da zona rural, trazendo também à tona a preocupação com a preparação dos professores quanto ao uso de dispositivo para as aulas remotas. Enfim, mostra que embora as aulas remotas sejam uma

alternativa para a continuidade do processo educativo, não substitui com eficiência as aulas presenciais.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo se desenvolveu por meio de uma revisão de literatura de natureza qualitativa. Para a produção desta pesquisa inicialmente foi estabelecida identificação do tema. EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA.

Para as fontes adquiridas foram utilizadas bases de dados online por meio dos descritores utilizados na pesquisa. A fim de determinar as informações relevantes que seriam extraídas na revisão.

## **CONTEXTO**

A pandemia é um fenômeno que não tem apenas atingido a sociedade, mas, em particular à educação forçando as escolas a mudar a rotina, exigindo trocar o sistema presencial por aulas remotas com o uso da tecnologia, requerendo mudanças no jeito de ensinar e aprender, mudando o comportamento do professor e do aluno,

Nesse contexto, é preciso pensar a maneira de ensinar, o que, sem dúvida, requer também repensar o planejamento didático-pedagógico para atender satisfatoriamente a demanda dos alunos, da escola e da própria sociedade, levando em conta que a educação é fator crítico para o

desenvolvimento dos alunos e das comunidades onde a escola está inserida.

O fato é que em razão da pandemia, o Ministério da Educação, através da portaria nº 343 de 17 de março de 2020, se manifesta orientando a substituição das aulas presenciais por aulas remotas enquanto durar a pandemia do novo coronavírus, porém, a princípio, somente para aulas de nível superior do sistema federal de educação.

Seguindo o mesmo caminho, o Conselho Nacional de Educação pela portaria nº 345/2020, estende as digitais para a rede de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades, cujo argumento é de que o sistema de educação brasileiro, precisa ser reorganizado em função da pandemia, levando, por decorrência os Estados e Municípios a adotarem a mesma medida, o que também exigira a reorganização do calendário escolar.

Acompanhando essas medidas o CNC – Conselho Nacional de Educação, edita um parecer favorável a atividades pedagógicas remotas, sobretudo, no sentido de adequar a carga horária mínima em função da pandemia, que homologado pelo Ministério da Educação, orienta a prática pedagógica, levando em consideração o distanciamento social, contudo, não considerando as dificuldades que muitos alunos têm dificuldade de acesso à Internet,

o que, sem dúvida, prejudicará a aprendizagem desses alunos.

Recomenda, por outro lado, que para satisfazer a carga horária mínima determinada pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB, as escolas podem estabelecer a carga horária no fim do período da pandemia, ampliar a carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais no retorno das atividades presenciais, garantindo, segundo Martins e Almeida (2020), por meio de atividades não presenciais o fluxo ‘normal’ das atividades escolares, o que na opinião das autoras prejudica alguns grupos sociais que não dispõem de aparato tecnológico,

O fato é que praticamente o ensino presencial tornou-se ensino a distância, para muitos alunos e professores um momento desafiador. Para os alunos por que muitos têm dificuldade de acessar a Internet e para os professores por ter que reinventar sua maneira de dar aula, às vezes, assumindo a função de tutores, visto que muito alunos e até mesmo professores não sabem o que fazer. Ficam perdidos em meio ao uso das tecnologias, tendo que se readaptar ao processo de ensino-aprendizagem, além de aumentar a demanda de tarefas e adaptar o conteúdo à nova realidade.

Essa situação leva forçosamente as escolas e os professores a elaboração de um plano de estudo subsidiário para apoiar o aluno na ação educacional e, não raramente,

orientar o aluno quanto o uso das plataformas digitais, devendo-se considerar que nem sempre alunos e professores dominam os dispositivos impostos pela escola, obrigando professores e alunos a utilizarem aplicativos desconhecidos e às vezes até inadequados para o uso da aprendizagem, desmotivando, por conseguinte, alunos e professores.

Em síntese, a pandemia do COVID-19, embora traga malefícios para a sociedade, tem sido uma oportunidade para se (re)significar o conceito e a prática pedagógica, de se reaprender e inovar práticas educativas, mesmos sabendo-se que o ensino remoto não substitui a interação do relacionamento professor-aluno, que é importante para a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

## **EDUCAÇÃO VERSUS PANDEMIA – COVID-19**

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (2020), a pandemia atingiu 90% dos estudantes de todo o mundo, o que naturalmente se aplica ao Brasil, implicando na suspensão de aulas presenciais em todo o sistema educacional brasileiro, o que também poderá trazer consequência danosas não só para os alunos e as escolas, mas, também para a economia que sofre com o desemprego e a falta de

perspectiva de retomada a normalidade da economia, o que por certo contribuirá para o aumento da desigualdade social e exclusão de alunos na escola.

Isto, por sua vez, requer políticas públicas eficientes, especialmente para a educação, para pelo menos amenizar, segundo ainda a UNESCO, a queda da aprendizagem que poderá arrastar-se por décadas, dificultando, entre outros aspectos, a economia e a evolução da educação, exigindo a reorganização do calendário escolar e das atividades acadêmicas, adequando as estruturas dos cursos para que o prejuízo educacional seja o menor possível.

Há, contudo, de se perceber que a educação remota, ou seja, a distância, de certa forma prejudica o desenvolvimento do aluno, notadamente, porque uma grande parte dos dispõe dos equipamentos necessário e até mesmo de uso da Internet de qualidade, o que, naturalmente contribuirá para a involução da educação em todos os seus níveis e modalidades, requerendo se repensar a educação principalmente no futuro.

A realidade é que diante da pandemia, muitos professores tiveram que se reinventar, repensar sua prática didático-pedagógica e aprender, segundo Dias (2020), a utilizar as plataformas digitais, assim como avaliar os alunos a distância e adequar os materiais pedagógicos,

sobretudo, na tentativa de amenizar as dificuldades dos alunos, fazendo o possível para facilitar e garantir a qualidade do ensino-aprendizagem, ajustando a atividade curricular às necessidades do aluno.

É imprescindível, por outro lado, minimizar o impacto psicológico que a pandemia causa nos alunos e professores, cabendo à escola o papel de orientar quanto a prevenção da pandemia, o que não deixa de ser um ato educativo que o aluno pode compartilhar com seus familiares e amigos, o que em outras palavras é um ato de resiliência, ou seja, de resistir ao avanço da pandemia pela precaução e respeito às medidas restritivas que tem como fim evitar o contágio pelo corona vírus.

Deve-se compreender, conforme aponta Cavalcante (2007), que o homem é o objeto último da educação e a sociedade e o seu objetivo, a conservação da transformação social e confronto da mesma com a sociedade.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que este momento, é, sem dúvida, o momento de educar e transformar os hábitos da sociedade para enfrentar a pandemia, o que evidentemente é um ato educativo que pode levar a sociedade a um controle da corona vírus, compreendendo-se que a educação é um processo para intervir no todo social. Um instrumento para mediar a prática social, como o isolamento social, por exemplo.

Nessa visão, é possível se entender que o papel da escola no contexto da pandemia, é se organizar para superar as dificuldades dos alunos, dando-lhe o poder de refletir, sendo capaz de compreender a realidade e se tornar um multiplicador sobre a situação do covid-19, inspirando outras pessoas a se cuidar e tomar consciência de que combater a pandemia é um dever e um direito de todo cidadão, incluindo os grupos relacionais como família e toda comunidade de convivência dentro e fora do seio da escola.

Diante da pandemia a escola deve ampliar seu relacionamento com as famílias, redefinindo o comportamento dos alunos e dos professores, sendo ética, para motivar seus profissionais a superar os limites causados pela pandemia e evitar que a desmotivação se prolongue.

E escola precisa então preparar seu contingente humano para entender as mudanças e evitar estresse que atinge a autoestima, o comportamento profissional e suas relações com a escola e com os alunos, podendo também atingir a família dos alunos, levando em conta que os profissionais de educação são agentes de mudanças, que precisam respaldar a aprendizagem e a educação de forma holística, ou seja, como um todo e ter respaldo da sociedade onde está inserida.

Em momento de pandemia, especialmente, faz-se necessário que escola

e família formem uma parceria consistente, notadamente em função das transformações ocorridas com o COVID-19, abrindo um canal de comunicação direto para através do diálogo combater a pandemia e conscientizar os alunos e a sociedade sobre os riscos e as consequências desse terrível mal, não permitindo que o negacionismo predomine sobre as orientações científicas a respeito dos cuidados com o vírus, evitando inversão de valores, pois, não aceitar que a pandemia é um fenômeno nocivo para as pessoas e para sociedade, é investir no descaso, desmerecer a importância científica da medicina.

É importante que escola e família trabalhem em conjunto para, pelo menos, minimizar o desconforto provocado pela pandemia, observando que as questões de prevenção é um ato de cidadania, de educação. Cabe a escola e a família dar suporte ao aluno e à educação respaldada pelo comportamento da escola e da família, sendo fundamental que os pais cumpram seu dever de educar e advertir a sociedade sobre os riscos da epidemia, ajudando a construir uma cultura de respeito aos riscos e a vulnerabilidade diante do vírus.

A escola no contexto da pandemia deve entender que a família é uma fonte de educação dos filhos, e por isso deve com ela interagir se influenciando mutuamente, sendo também responsável pela saúde e segurança do aluno dentro da realidade

social, devendo entender segundo Di Santos (2007), quanto melhor for a parceria entre escola e família, mais positivo e significativos serão os resultados na formação e educação do sujeito.

Todavia, há de se conceber que no contexto da pandemia os pais também podem ter dificuldades de operar os aplicativos remotos, o que torna difícil ajudar o estudante, levando ao desgaste da educação, interferindo no desempenho e qualidade educativa, sendo de competência de a escola pensar na saúde dos alunos e professores que nesse momento de pandemia podem estar vulneráveis e expostos aos perigos expostos pelo vírus, e que segundo Maia e Dias (2020), se os professores exaustos e aproximarem-se de um esgotamento físico e mental pela preocupação pandemia, não poderão ajudar a si e aos alunos.

Significa que para se construir um ambiente escolar mais seguro, precisa-se, de acordo com as autoras, de políticas educacionais que orientem o uso inteligente das tecnologias, priorize os mais vulneráveis e proteja educadores e alunos, estudando e direcionando as estratégias de ensino vendo a educação como espaço do saber fundamentado o trabalho docente que, em função da pandemia, pode comprometer o ensino-aprendizagem levando desgaste à educação, apreendendo que a educação exerce conforme Dias e Pinto (2019), forte

influência na transformação da sociedade, reforça a capacidade crítica da sociedade e pode com inteligência aprender com a crise e transformar a sociedade, futuramente melhorar a educação.

Noutra visão, concebe-se, que a proliferação do CONVID-19, segundo Vieira e Ricci (2020), é uma questão de saúde pública, trazendo consequência econômicas, políticas e sociais, atingindo por decorrência o campo educacional provocando o isolamento social, atingindo conforme a UNESCO (2020), cerca de 1,6 milhões de crianças e jovens pelo fechamento de escolas, interrompendo, por conseguinte, as atividades escolares.

Esta situação levou às escolas ao debate sobre o uso das tecnologias de ensino remoto, de certa forma em caráter emergencial com a preocupação de disponibilizar ferramentas e dispositivos para a prática de ensino tipicamente a distância e de forma urgente treinar os professores para a utilização desses dispositivos, visto que para continuar as atividades curriculares teria que se utilizar de plataformas digitais para não perder completamente o ano letivo.

Isto leva as escolas e professores a repensar o fazer didático adotando preceitos sobre o que fazer e como fazer para manter o nível de ensino, o que provocou a necessidade de se replanejar as atividades didático-pedagógicas levando a escola e os



professores a uma reflexão sobre os conteúdos curriculares e a prática pedagógica, para, com o uso da tecnologia, dar suporte à aprendizagem do aluno, reconhecendo que um número considerável de alunos tem dificuldade de acesso à Internet, o que tornou mais difícil o papel do professor frente a pandemia.

Embora as escolas estejam fechadas prejudicando milhões de estudantes, há de se entender que esse fechamento é uma medida necessária para evitar e conter o vírus, sobretudo, porque as aulas presenciais provocam aglomeração, é um ambiente natural para a proliferação e contágio do vírus, o que se faz necessário medidas de isolamento social e a reflexão sobre como conduzir a aprendizagem dos alunos com o uso da tecnologia, o que também leva ao processo de ressignificação da educação e como contextualizá-la através do uso de aplicativos digitais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a pandemia trouxe forçosamente uma revolução didático-pedagógica exigindo a utilização de plataformas digitais, valorizando a modalidade de ensino a distância, agora atingindo não apenas o ensino superior, mas o ensino básico e médio e cursos profissionalizantes, em função da emergência imposta pela pandemia, deixando alunos, professores e as escolas atônitas tendo de replanejar as

atividades escolares para se adequar a essa nova realidade.

Vale ressaltar que a maioria das plataformas digitais utilizadas por professores e alunos são de uso grátis como, o Google Classroom, o Zoom e Teams da Microsoft, por exemplo, que permitem a organização de disciplina, uso de vídeos, exibição de slides, acompanhamento de frequência e discussão com os alunos, o que facilita a interação de aluno e professor e ajuda o processo de aprendizagem., também interferindo no processo de integração do processo educativo, conduzindo o professor a se adaptar a novos métodos de ensino.

Implica na adaptação de uma nova cultura de ensino-aprendizagem e conteúdo, migrando-se da escola presencial para a não presencial, instigando principalmente o professor a adotar uma nova cultura de ensino sendo levado a incorporar novo jeito de ensinar, mudando, por decorrência, sua prática pedagógica, agora se utilizando de softwares e computadores, produzindo mudanças sociais e de hábitos de alunos e professores pelo uso do processo cibernético.

O fato é que a pandemia deixa sua marca negativa para a educação, porém, criou a condição de se repensar a educação, exigindo um novo planejamento para adequar o sistema de educação à realidade determinante pelo Covid-19, exigindo medidas emergenciais para apropriar o

sistema de ensino-aprendizagem à realidade da pandemia, provocando mudanças também emergenciais para evitar a descontinuidade da educação brasileira e no mundo.

Interferiu diretamente nas atividades pedagógica levando às escolas a um regime especial de aulas remotas, visando, notadamente, a proteção à saúde de professores e alunos utilizando as plataformas digitais para viabilizar as atividades escolares e o acesso ao aluno à aprendizagem, embora se reconheça que grande parte dos estudantes possam ter dificuldade de acessar os aplicativos e a própria Internet durante o distanciamento social.

Mesmo assim, há de se considerar que o uso das mídias e dispositivos digitais foi uma alternativa viável, pelo menos em parte, para assegurar o direito à educação, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988., embora as pesquisas demonstrem que 53% da população brasileira, incluindo professores e alunos, sentem medo e se considera vulnerável diante do vírus, o que por si, justifica as aulas não presenciais.

Nessa situação, é preciso se fazer uma revisão urgente no modelo educacional brasileiro mediado pela tecnologia de forma a permitir a sequência normal do ensino-aprendizagem de modo assertivo, incluindo treinamento de professores sobre o uso da tecnologia, podendo-se adotar um processo

híbrido. Isto é, um modelo presencial paralelo ao remoto para evitar a descontinuidade do processo educativo e do processo de ensino-aprendizagem, dando-se suporte e sustentabilidade à educação.

Urge, por outro lado, pensar na integridade do estudante, principalmente daqueles que por qualquer motivo tenham dificuldade de adquirir computador e ter acesso aos dispositivos digitais, requerendo, por conseguinte, uma reflexão sobre a demanda do ensino.

Ademais deve-se considerar que a pandemia veio demonstrar uma realidade danosa à educação, especialmente no que diz respeito a estrutura social, não apenas pelas dificuldades inerentes a falta de condições do aluno para adquirir, por exemplo, um computador ou ter acesso à Internet, mas, porque muitas crianças vão a escola para se alimentar, aproveitar a merenda escola, por muitas vezes, não ter de que se alimentar em casa e, isso é uma realidade cruel.

Deve-se entender, por outro lado, que a escola como ambiente de aprendizagem é insubstituível que nesse momento, porém, é imprescindível manter o distanciamento social, tendo as aulas remotas como instrumento para continuar o processo de ensino-aprendizagem e a ação educacional, mesmo a distância.

Deve-se considerar que no momento, a prioridade deve ser a

manutenção da saúde de professores e alunos e preservação de vidas que podem ser ceifadas pelo Covid-19, devendo-se, entretanto, estar atento aos efeitos da pandemia que diretamente afetam a educação, que, por consequência, pode afetar o desempenho de professores e alunos e da aprendizagem, o que naturalmente, requer uma avaliação do processo educativo, tendo como estratégia as aulas remotas.

Deve-se levar em consideração que as aulas não presenciais podem concorrer para a evasão dos alunos. Compete ao professor buscar a maior integração possível com os alunos estimulando-os a continuar a frequentar as aulas não presenciais, evitando que a situação trazida pela pandemia se agrave ainda mais, garantindo a assiduidade dos alunos e, assim, diminuir os efeitos pandêmicos à educação, evitando o colapso da educação da escola.

Mesmo se reconhecendo que as aulas presenciais são essenciais para a integração do professor e aluno, há de se reconhecer que em momento de pandemia, as redes digitais são importantes para que se dê continuidade ao processo educacional, pois é a alternativa para se substituir as aulas presenciais. Um apoio e suporte para os profissionais da educação que devem usá-las o mais democraticamente possível,

fazendo com que o aluno participe das aulas da maneira mais ativa possível.

Deve-se, entretanto, levar em conta que no processo de aulas remotas, conforme situa Wills et. al., 2014), os estudantes mais vulneráveis são os alunos de baixo nível socioeconômico, o que naturalmente requer que a escola monitore o acesso dos alunos às aulas não presenciais avaliando concomitantemente a relação ensino-aprendizagem, acompanhando o desenvolvimento do aluno, evocando a participação e o acompanhamento das famílias para também ajudar e acompanhar o desempenho do professor e do aluno para, se não eliminar, pelo menos, reduzir a defasagem entre ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que uma grande parte dos estudantes moram na zona rural, e, por decorrência, têm dificuldade de acesso a uma Internet de qualidade, e por isso têm a aprendizagem prejudicada, situação que se agrava pela falta de condições financeiras de partes dos alunos, por não poder adquirir, por exemplo, um computador que é essencial para as aulas remotas, podendo-se também entender que as aulas remotas podem trazer desigualdades de aprendizagem, também pela falta de qualidade da Internet, principalmente, na zona rural.

É preciso se considerar que quando a confecção é através do celular, o professor precisa adequar o conteúdo de acordo com

a capacidade de armazenamento do aparelho, o que aumenta ainda mais a dificuldade do professor o conteúdo das aulas conforme o tamanho da capacidade do celular, o que também pode prejudicar a aprendizagem do aluno e o desenvolvimento da estrutura curricular, podendo por necessidade esticar o ano letivo, mesmo porque a educação não pode parar.

Nesse sentido, embora os dispositivos digitais tenham contribuído para a sequência do ano letivo, faz-se necessário se criar estratégias para minimizar as dificuldades dos alunos principalmente de baixa renda, buscando-se ofertar atividades pedagógicas paralelas para atender as necessidades dos alunos num esforço coletivo de educadores e escolas para, no mínimo, evitar desigualdades na aprendizagem dos alunos;

É, preciso, por outro lado, organizar as atividades pedagógicas conforme as necessidades do aluno, incentivando-o a cumprir a rotina de atividades não presenciais, pelo menos até quando durar a pandemia, em pressão para não estressar o aluno e fazer com que ele não perca o foco nos estudos, requerendo também a participação ativa da família, o que se torna essencial para o aprendizado do aluno.

Deve-se levar em conta que pela baixa escolaridade muitas famílias terão dificuldade de acompanhar o

desenvolvimento e desempenho dos filhos, requerendo do professor maior atenção para orientar os pais e os alunos sobre as tarefas escolares, estimulando pais e alunos a se familiarizarem com os dispositivos digitais para suavizar a perda de aprendizado e manter o aluno ativo e disposto a enfrentar os desafios que a pandemia impôs, aprendendo a utilizar os aplicativos nas aulas não presenciais, mediadas e monitoradas pelo professor.

De outra forma, pode-se afirmar conforme aponta Silveira (2020), tem como obrigação manter o vínculo com o aluno não foi esquecido e que, mesmo com as aulas remotas ele continua elemento vivo da escola. Está apenas afastado do convívio presencial continua sendo importante para que a escola e a educação sobreviva às intempéries da pandemia, alimentando a esperança de volta às aulas presenciais.

É, preciso então, se readequar o modelo de educação brasileira, levando-se em consideração que a situação imposta pela pandemia que segundo a Fundação Carlos Chagas – FCC, (2020), exige por um lado, repensar os conteúdos e as práticas pedagógicas adequadas para o contexto virtual e, de outro, requer discutir atividades avaliativas considerando a diversidade de situação e condições de vida em que se encontram os estudantes dos diversos níveis de ensino e que ainda de acordo com a FCC, não se trata apenas de transpor práticas que

antes eram presencialmente para contextos virtuais, havendo clareza de que no pós pandemia o cotidiano escolar não será o mesmo, é o que acham 65,6% dos professores pesquisados.

A realidade é que a tecnologia tem influenciado a sociedade e, dentro dessa, o sistema educacional, hoje, conforme aponta Fonsêca, et. al. (2020), totalmente inserida na sociedade, fazendo parte das ações cotidianas, onde se insere a educação, levando professores a quebrar paradigmas tradicionais, inserindo uma cultura cibernética, sobretudo, no sentido de adequar e reorganizar as práticas pedagógicas.

Para Barbosa, Viegas e Batista (2020) essa ainda uma questão polêmica em nível educacional, porquanto os professores encontram dificuldades na adequação dos recursos tecnológicos ao contexto das atividades pedagógicas cotidianas, tendo do outro lado, alunos familiarizados com o dispositivo digital.

Todavia, não obstante essa afirmativa, pode-se consignar que a realidade não é bem assim, muitos alunos nem sequer tem acesso a um computador ou a uma Internet de qualidade principalmente nas famílias de pouco poder aquisitivo que muitas vezes nem tem o que comer, muito menos a condição de um computador que embora seja necessário está fora do alcance,

principalmente nas classes C e D da população brasileira.

Por outro lado, não há dúvida, que com a suspensão das aulas presenciais, não há dúvida que a tecnologia seja uma necessidade premente, uma condição imperativa para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando, segundo Santos, Alves e Porto (2018), a democratização do conhecimento, o que não deixa de se exigir da escola o isolamento social como prevenção da pandemia que é uma questão social de saúde.

Isso significa que a escola tem o dever de ajustar suas atividades ao contexto pandêmico, sobretudo, para proteger seus alunos e seu próprio contexto, o que denota a prática da cidadania e respeito aos seus alunos e professores, salvaguardando a saúde de seus profissionais e de seualunado, seguindo os protocolos de segurança e princípios sanitários para preservar a reputação de seus profissionais e sua postura na sociedade.

Há de se conceber que o ensino remoto conforme aponta a Fundação Carlos Chagas (2020), é uma medida temporária em relação a educação e as atividades pedagógicas, interferindo no planejamento do professor e da escola exigindo uma readaptação das estratégias pedagógicas influenciando o processo educativo da aprendizagem, forçando mesmo de forma

intempestiva, repensar uma nova forma de ensinar, assumindo a tecnologia como um instrumento pedagógico, permitindo ao aluno a ser criativo e tornar o aluno um sujeito ativo do conhecimento e de sua aprendizagem.

Todavia, há de se considerar que nem todos os alunos têm acesso a Internet e assim como o próprio ensino digital pode apresentar falhas prejudicando o sistema de ensino, e, concomitantemente, a educação, o que aumenta o desafio dos professores e alunos, principalmente das escolas públicas que muitas vezes não tem capacidade de se adequar às condições ideais para atender a demanda digital dos alunos, ocasionando defasagem entre o ensino e a aprendizagem, provocando insegurança para a escola / professores e alunos.

O certo é que a educação on-line ou presencial deve ser vista como um todo, envolvendo como protagonistas o professor, o aluno, valorizando os atores do processo educacional onde o professor assume o papel de mediador valorizando o conjunto de conhecimentos e, na prática, potencializar as ações dos alunos, mediando as interfaces do aluno com os dispositivos digitais, independente ou não das aulas presenciais.

É preciso que se entenda que a pandemia atingiu todos os níveis da educação brasileira, trazendo contornos que provavelmente mudará de forma intensa o

jeito de aprender e de ensinar, onde o ambiente educacional passa por transformações levando a escola a pensar de forma particular suas prioridades para antes de tudo aliviar a pressão dos professor e alunos frente a pandemia do Corona Vírus, que sem contar a pressão psicológica, afeta diretamente o processo educacional, os alunos e professores, provocando por decorrência desigualdade do aprendizado, levando professores e alunos a buscarem saída para não perder o ano letivo.

Isto leva a um repensar profundo sobre a educação brasileira, refletindo-se sobre a educação levantando a preocupação de como apoiar os alunos e professores evitar estresse de professores e alunos, conduzindo os professores, principalmente, a imaginar estratégias para facilitar o ensino-aprendizagem impondo à escola uma tomada de decisão sobre como apoiar alunos professores salvaguardando os preceitos da educação, mantendo um ambiente saudável para minimizar os efeitos da pandemia, nocivos não apenas para professores e alunos e da própria educação.

O fato é que em meio a situação caótica trazida pela pandemia do Corona Vírus, a educação não presencial tem servido para novas descobertas primordiais na transmissão e aquisição do conhecimento e a interação de professores e alunos, visando, sobretudo, o

fortalecimento da aprendizagem, cabendo a escola articular suas ações com professores e comunidade escolar para o cumprimento de medidas preventivas contra o covid-19, agora com o uso das tecnologias remotas que têm contribuído para a manutenção das aulas, tipicamente a distância.

Nesse contexto, há de se conceber que a tecnologia tem sido uma aliada da educação brasileira, constituindo-se um ambiente de aulas virtuais, proporcionando a interação entre professores e alunos através de videoconferência, palestra em tempo real, alinhando, mesmo que com dificuldades, a intenção educacional às necessidades dos alunos e vice-versus, permitindo a troca de informações através de envio e recebimento de mensagens mantendo professores e alunos ativos quanto ao processo educativo, por meio de postagens de vídeos, materiais de instruções e recomendação de estudo via Internet.

Requer, entretanto, que professores e alunos se empenhem para, com inteligência usar os aplicativos digitais para intensificar a aprendizagem e, no caso do professor, ter a habilidade para envolver os alunos no processo digital de forma interativa e produtiva otimizando o conhecimento e a aprendizagem de maneira também otimizada, articulada com as necessidades do aluno, principalmente, visando uma educação com a maior qualidade possível, apesar das dificuldades

que professores e alunos têm sentido na operação das mídias digitais.

Pode-se de outra forma mencionar que a pandemia também impôs manifestações econômicas, políticas e sociais, implicando na tomada de consciência de que no momento de pandemia é preciso que haja e se desenvolva o espírito de colaboração coletiva, visto que o Corona-Vírus, atinge todas as classes sociais independente do status ou poder econômico, o que requer uma visão global de toda sociedade, que segundo Lucena (2019), reforça a necessidade de resistir à crise provocada pela pandemia, exigindo da sociedade o compromisso ao combate do covid-19, o que representa um ato educacional e a expressão da cidadania.

Pode-se então afirmar que se proteger e proteger os outros da pandemia é um ato de educação, de cidadania que se reflete na postura da sociedade e no caso da educação, aliar a prática pedagógica numa visão de futuro indispensável à educação e ao processo escolar e interação entre o ensinar e aprender.

Urge por outro lado, que a escola se preocupe com a capacitação de seus profissionais para que eles possam de forma substantiva aprender a operar com segurança os dispositivos digitais, notadamente para dar consistência e qualidade de sua prática pedagógica, subsidiar e orientar os alunos de como utilizar os dispositivos de forma a

não ter dúvida de operacionalização das plataformas digitais, e, assim, poder otimizar a aprendizagem.

Esse processo de otimização da aprendizagem e interação entre professor aluno, pressupõe que haja um espaço colaborativo com apoio das mídias digitais e sociais que permitam inter-relações entre o aluno e o processo educativo incorporando a educação como uma atividade que precisa ser internalizada como atributo da própria cidadania que se reflete nos deveres e direitos do ser humano, fundado na própria educação como estratégia do desenvolvimento do ser humano em todos os níveis e idade.

Com relação aos dispositivos voltados para aulas remotas, é preciso que se tenha o cuidado no que se posta, para que não haja dúvida interpretação das mensagens, pois, as palavras são como uma flecha, tem que acertar o alvo, visto que em não acertando pode causar desconforto e prejudicar o entendimento provocando um feedback que não corresponde, por exemplo, a intencionalidade do professor e/ou do estudante.

É preciso se entender que a comunicação é uma ferramenta para fazer as pessoas entenderem uma mensagem sem possibilidade de dupla interpretação, o que significa que o professor, em sua práxis, precisa pensar e planejar detalhadamente sua prática pedagógica, de modo que o

aluno possa alcançar o conteúdo de maneira clara e racional e assim, ampliar e aprofundar seus conhecimentos de acordo com os preceitos e dinâmica educacional, ampliando, não raramente sua capacidade de pesquisa e trazer coisas novas para discussão em sala de aula, mesmo que virtual.

É papel do professor incentivar o aluno a utilizar a tecnologia digital para ir em busca do conhecimento, e, conseqüentemente, do desenvolvimento do aluno, constituindo o ambiente virtual em espaço de discussão e compartilhamento do conhecimento abrindo espaços para tirar dúvidas e, consubstanciar a prática didático-pedagógica do professor, o que podemos chamar de processo colaborativo entre o estudante e o professor, pressupondo-se ser também o desejo da escola de modo a propiciar um ambiente favorável para a aprendizagem e a venda da imagem da escola em consonância com seus objetivos de instruir e educar seu alunado.

Assim, há de se compreender que a tecnologia aplicada à educação, é uma ferramenta colaborativa que ajuda o poder de inovação e da criatividade de professores e alunos se inserindo na educação como um instrumento, não apenas para transmitir conhecimento, mas, para direcionar a prática pedagógica do professor e a aprendizagem do aluno, principalmente, em tempo de pandemia, o que reforça o



pensamento de Santinello (2013), de que a educação virtual pode contribuir para a democratização do ensino e, concomitantemente, com a educação.

Pode-se salientar que a pandemia do Corona Vírus, serviu também para reforçar a cooperação e disseminação do conhecimento entre professor e aluno, ampliando a capacidade de mobilização da comunidade escolar com o fito de superar os males da pandemia, e preservar, mesmo que com dificuldades, o processo de educação, agravado, porém, inicialmente pela falta de prática de usabilidade da tecnologia e dispositivos digitais, que agora já se torna comum para professores e alunos, embora a Internet tenha, praticamente, se tornado a sala de aula.

Nesse sentido, o professor se apropria das mídias digitais para gerar novas possibilidades de aprendizagem, o que requer que o educador deve estar ligado e conectado a essas mídias se desafiando para redirecionar as dimensões do ensino para concretizar sua prática pedagógica criando e recriando conteúdos e métodos orientando o estudante como se apropriara do conhecimento e sustentar sua aprendizagem e explorar o potencial cognitivo do aluno, delineando o percurso da educação não presencial e humanizar as experiências durante a pandemia.

É preciso, por outro lado, que as instituições educativas se preocupem com a

formação digital do professor, visto que muitos ainda não têm domínio da linguagem computadorizada, e, se assim o for, podem não cumprir seu papel de instrutor e de professor deixando carência, sendo, por decorrência ineficiente no contexto educacional, desconstruindo sua prática e sua imagem como educador e, concomitantemente, da escola e da educação.

Significa que os institutos de educação precisam aperfeiçoar seus docentes para lidar eficazmente com os aplicativos de aulas remotas, o que requer treinamento, também para lidar com as novas dimensões da educação e assumir o compromisso com a saúde dos discentes e com o desempenho profissional com ênfase no aprendizado do aluno fazendo a transposição didática, isto é, transformar conteúdos científicos e conhecimento cotidiano, sem se afastar da realidade do aluno, das perspectivas da escola e da educação.

Deve-se entender que a educação é um direito universal onde o cidadão, no caso o professor, em meio a pandemia, deve agir forma fraterna, buscando e dando aos discentes o direito a liberdade e de autonomia para se manifestarem a respeito das aulas remotas no sentido de adequar os métodos de ensino. Ou seja, o professor deve ouvir os alunos, sobretudo, para adequar as ferramentas de ensino à

realidade do estudante, para, no mínimo, reduzir a questão da não aprendizagem, visto que muitos alunos têm dificuldade de manejar os dispositivos e até mesmo de compreensão dos assuntos trabalhados, principalmente porque estão acostumadas à prática interativa das aulas presenciais.

Significa, conforme Silva (2020), que o professor além de ser um bom transmissor, precisa ser um bom ouvinte. Precisa ouvir a concepção e a percepção do aluno sobre as aulas remotas, não apenas para dar qualidade ao ensino, mas, e, principalmente, para, se for necessário, redirecionar seu planejamento didático-pedagógico, de modo a satisfazer as reivindicações dos discentes e dar qualidade e eficiência ao ensino com fluxo primordial na educação e assim fazer a escola cumprir seu papel social.

### **FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA FRENTE A PANDEMIA**

A função da educação não é apenas instruir, mas, cuidar do desenvolvimento das pessoas de maneira holística, isto é, como um sistema integrado, onde se uma peça falhar influencia fortemente o resultado final. Assim, há de se entender que se o professor falhar a escola falha, se o aluno fracassar a escola fracassa.

Significa que a escola como ente educativo não pode, nem deve apenas instruir, mas, cuidar da formação de seus

alunos, no caso da pandemia, trazendo em seu bojo as contradições, ambiguidades e conflitos, mediando e entendendo que a educação sempre esteve a serviço da sociedade, assimilando o entorno de quem e de que é feita a educação, levando em conta conforme aponta Cavalcante (2007), as diferentes concepções de homem, sociedade e finalidades educacionais.

No que tange a pandemia, o papel social da escola deve enfrentar a pandemia como o problema inerente à educação, compreendendo que como instituição social, é seu dever se organizar de modo a instruir seu corpo docente e discente como lidar com a pandemia, tomando todas as precauções possíveis para evitar os efeitos do vírus, salvaguardando a saúde dos professores e alunos, respeitando as regras sanitárias e a recomendação dos órgãos que cuidam da saúde do povo brasileiro.

Nessa visão há de conceber que seu papel na sociedade é de compreender a realidade onde está situada, com o pensamento de formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, autônomos e reflexivos, capazes de compreender a realidade em que vivem, aptos para participarem da vida social, não só da realidade local, mas até do país, contribuindo para uma sociedade livre de preconceitos, buscando a inclusão social como preceito educativo, onde o ser humano possa viver com dignidade,

respeitando a si e aos outros, como por exemplo, o isolamento social que preconiza o respeito pela sociedade às normas de combate ao Corona Vírus.

Deve preconizar e disseminar o respeito às normas sanitárias em sua totalidade se tornando um ambiente para promover o desenvolvimento e educar as pessoas, tendo a obrigatoriedade de trabalhar todo o contexto da pandemia, protegendo sua comunidade, onde se inclui professores e alunos e suas famílias para evitar o contágio da pandemia, assumindo-se como responsável por todos que estão à sua volta e no contexto da sociedade onde está inserida, assimilando, conforme aponta Tedesco (1995), com profundidade o processo de mudança social, que no momento exige responsabilidade de transformar valores em concepção sobre o combate a pandemia.

Assim, a escola como lócus do processo de formação deve desenvolver a capacidade de integração devendo, por exemplo, a comunidade pensar sobre os reflexos da pandemia no seio da escola e da sociedade a quem serve, abraçando a ideia de que a comunidade escolar é também um instrumento político para apoiar as causas nobres combatendo os desmandos, nesse instante de ideologias negacionista sobre os efeitos da situação pandêmica em que o Brasil vive, absorvendo conformemenciona Freitas (2006, p. 34), que o

homem, “é o ser político capaz de questionar, criticar, reivindicar, ser militante e engajado na transformação da ordem social”.

Nesse contexto, não há como negar que a escola como entidade educativa, precisa socializar um saber sistematizado, vendo a educação como um patrimônio universal, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado no contexto pandêmico que ora se vive no Brasil e em todo o mundo, cabendo-lhe fazer a interligação e apropriação do saber como fonte de aprendizagem dos alunos e dos profissionais envolvidos com a educação, discutindo criticamente a realidade da educação frente a pandemia, rompendo as formas alienantes que não estão a favor da saúde de seus membros e da sociedade.

A escola, assim como a educação deve entender que o homem é fruto da prática social coletiva, o que requer identificar o contexto histórico da pandemia, levando-a a recuperar e redimensionar as dimensões da pandemia, agindo de forma consciente para também redimensionar os valores e motivar as pessoas a desenvolver habilidades para enfrenar os efeitos da pandemia, reconhecendo que conforme situa Aranha (1996), que os valores estão na base da práxis educativa.

Deve considerar que em função da crise pandemia que se está vivendo, torna-

se necessário refletir sobre a prática educativa refletida e que se reflete na sociedade, cabendo-lhe o esforço para vencer as dificuldades de alunos e professores frente a pandemia e sobre os aspectos positivos e negativos de aulas remotas em relação a aprendizagem dos alunos e a interação professor-aluno e em relação a formação do aluno, apreendendo que a educação é uma ação transformadora da sociedade, encarando a pandemia como um processo descontextualizado da educação, que precisa ser combatido com eficiência e eficácia.

A escola então, deve entender que um de seus objetivos primordiais é orientar e desenvolver políticas capazes de elevar a aprendizagem numa perspectiva cotidiana e para o futuro, assimilando que a educação consiste em socializar saberes que se aplique no cotidiano e no contexto social, compreendendo a sociedade como um sistema, cujos problemas precisam ser resolvidos, evocando o contexto sociocultural do ambiente do aluno e da própria sociedade, onde a escola se insere, o que também significa adotar uma prática pedagógica capaz de facilitar o desenvolvimento de conhecimentos contextualizado à práxis social.

Cabe a escola compreender que o ensino-aprendizagem é um processo que envolve a mobilização e interação dos alunos. Significa que a escola e os

educadores primem pela interação dos alunos, de modo que eles possam interagir e participar ativamente da escola e do processo educativo, enteando-se que para que haja mudanças significativa, segundo Paulo Freire (1991), há necessidade de decisões políticas-administrativa e pedagógica, desde o aluno aos membros da comunidade.

É preciso, por outro lado, se entende que a escola é também um ambiente social, o que está expresso no pensamento de Alarcão (2001), ao afirmar que a escola sem pessoas seria um edifício sem vida. Isto é, quem torna a escola viva são as pessoas: alunos, os professores, os funcionários, bem como os pais de alunos que com ela interagem.

Significa que a escola precisa envolver e engajar todos que fazem parte da comunidade escolar, apregoando a necessidade de um trabalho coletivo, participativo e solidário comprometida com o processo educativo e humanizado, o que está de acordo com a visão de Anastasiou (2002, p. 97) ao afirmar que: “a educação é um processo de humanização”. Ou seja, processo pelo qual se possibilita que as pessoas se insiram na construção da sociedade humana.

Nessa perspectiva, a função da escola e da educação é inserir os cidadãos no processo educacional, no caso da pandemia, cabendo a escola educar a

comunidade escolar, ou seja, professor, funcionários, alunos e a comunidade, promovendo a educação em todos os níveis sobre os riscos e a prevenção do Corona Vírus para preservar a saúde e saber como se proteger diante surto epidêmico que hoje vive a sociedade brasileira, e, assim, amenizar os perigos de contágio.

Nesse sentido, o papel da escola fazer com que alunos professores e a sociedade que lhe está ao seu redor reflitam sobre os efeitos da pandemia e desenvolvam hábitos saudáveis que possam contribuir para o combate ao vírus, apreendendo que a educação é um reflexo da sociedade. Ou seja, se concretiza quando se enfrenta as demandas do contexto, o que no caso da pandemia, um desafio. Um processo para enfrentar desafios e promover mudanças e a prática da cidadania.

Assim, pode-se considerar que um dos papéis sociais da escola e da educação é preparar as pessoas para enfrentar os desafios vivenciando experiências e orientar professores, pais e alunos, para com sobriedade enfrentar os desafios que é imposto pela situação atual, entendendo que a comunidade escolar precisa de equilíbrio e serenidade para enfrentar o surto do Corona Vírus, buscando soluções para o Corona Vírus da sociedade brasileira, entendendo que a escola é um centro do conhecimento que influencia a capacidade

de pensar, de tomar iniciativa plausível para solucionar problemas.

Isto, por outro lado, quer significar que a escola deve assumir o contexto da pandemia como uma possibilidade para educar e influenciar as pessoas a se cuidar, compreendendo que em uma sociedade em crise, precisa-se ter equilíbrio para não deixar a população em pânico, se alastra e tomar conta da vida e da sociedade.

Em síntese, é preciso que a escola se eduque e eduque as pessoas a conviverem com as adversidades, dissipando o medo para enfrentar as intempéries, além de motivar as pessoas para enfrentar as dificuldades com naturalidade, assumindo a responsabilidade social como um atributo próprio da educação, voltada para a conscientização das pessoas, assumindo-se como responsável pelo desenvolvimento da sociedade na qual está inserida.

## CONCLUSÃO

A pandemia é um fenômeno que tem afetado o mundo assustando e pondo em pânico a sociedade e, por decorrência, atingindo de forma intensa à educação, fazendo-se adotar uma cultura cibernética como alternativa para a continuidade do processo educativo.

A verdade é que a pandemia mudou o jeito de se ensinar e de se educar trocando as aulas presenciais por aulas remotas, mudando o jeito de ensinar e de aprender,

sem, entretanto, com a mesma imensidade das aulas presenciais.

O certo é que a pandemia trouxe forçosamente mudanças para o planejamento e prática pedagógica, levando professores e alunos a uma readaptação da realidade educativa, interferindo no jeito de ensinar e aprender, de repensar métodos e prática de ensino, exigindo uma nova maneira de inter-relações entre professor e aluno.

Em meio a pandemia não basta utilizar dispositivos digitais, requer que o professor e a escola estejam preparados para não só compreender, mas, estar prontos e conscientes para solucionar as dificuldades dos alunos, notadamente daqueles que demonstram maior dificuldade em aprender e a utilizar as mídias remotas, o que requer estar mais próximo do aluno.

Enfim, nesse momento é preciso que a escola mais do que antes, se preocupe com a conscientização dos alunos e familiares sobre os riscos e as consequências da pandemia, assumindo-se efetivamente como entidade educativa, também para minorar os efeitos da pandemia na educação, compreendendo que educar não é apenas instruir, mas, preparar o homem para com resiliência enfrentar os desafios com tranquilidade e reverter situações adversas em aprendizado.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Do olhar supervisivo ao olhar sobre a supervisão**. In RANGEL, M. (Org.) *Supervisão Pedagógica. Princípios e Práticas*. São Paulo: Papirus. 2001.

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo – **Docência no Ensino Superior**, São Paulo: editora Cortez, 2002. Coleção docência em Formação.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1998.

BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A. S.; BATISTA, R. L. N. F. F. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. **Rev. Augustus**, v.25, n. 51, p. 255-280, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação, **portaria 343/20**. Brasília (DF), MEC, 2020.

\_\_\_\_\_. , o Conselho Nacional de Educação pela portaria 345//20. Brasília (DF), CDE 2020.

CAVALANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió. EDUFAL, 2007.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. **Educação e sociedade. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/s0104-40362019002701041>> <Acesso em 28.03.2021>.

FONSÊCA, Luçamara Beserra Holanda da. et. al. **Perspectivas do ensino remoto na educação brasileira**. VI Congresso Nacional de Educação. Maceió (AL), 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido:** saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, H. C. L. **A pedagogia das competências como política de formação e instrumento de avaliação.** In VILAS BOAS, Benigna M. E. (Org.). Campinas: Papyrus: 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Educação em tempo de pandemia:** São Paulo: FCC, 2020.

WILLS, Gabrielle et al. **Os efeitos da atividade de greve dos professores na aprendizagem dos alunos nas escolas primárias sul-africanas.** 2014. Tradução: Nadieje Maria Soares.

LUCENA, Carlos. Prefácio. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al (Org.). **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil: novos e renovados desafios em perspectiva.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, disponível em <<https://www.editoranavegando.com/livro-anged>> <Acesso em 30.03.2021>.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Revista estudo de psicologia.** Campinas, v. 37, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067> <Acesso em 28.03.2021>.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. **Educación en tiempos pandémicos en Brasil.** Disponível em <

<http://lattes.cnpq.br/2839844705473657>> Acesso em 26.03.2021>.

SANTINELLO, Jamile. **Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aplicadas à formação do Gestor Escolar.** Guarapuava, (PR): UNICENTRO, 2013.

SANTOS F. M. F.; ALVES A. L.; PORTO C. M. Educação e tecnologias: Potencialidades e implicações contemporâneas na aprendizagem. **Revista Científica da Fasete**, v.12, n. 18, p. 44-61, 2018.

SILVA, José Aragão da. **Educação no contexto da pandemia.** Arapiraca: FRM, 2020.

SILVEIRA, Leticia Maggi. **Projeto educação não pode parar.** Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) Interdisciplinaridade. São Paulo: Instituto Rui Barbosa, 2020.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Educação e planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após COVID-19.** Paris, 2020. Disponível em <[https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das-.](https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das-)> < Acesso em 28.03.2021>.

VIEIRA, Letícia; RICCI, Maaike, C.C. **A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo.** Florianópolis: Editorial do Observatório do Ensino Médio, 2020.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## **PARCERIA DE SUCESSO: FAMÍLIA E ESCOLA JUNTOS POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA SIGNIFICATIVA E DE QUALIDADE.**

*Cassiane Alves Santos Bispo*<sup>2</sup>  
*Ivaldo Sales Nascimento Júnior*<sup>3</sup>  
*Bernard Pereira Almeida*<sup>4</sup>  
*Joselito Araújo Silva*<sup>5</sup>  
*Adriana Cavalcante da Silva Lessa*<sup>6</sup>  
*Wesley dos Santos Lima*<sup>7</sup>

### **RESUMO**

A família é o primeiro grupo social ao qual pertencemos sendo assim, a mesma se faz indispensável para o desenvolvimento da educação inclusiva de qualidade. À vista disto se faz necessário que pais e professores trabalhem juntos a fim de que ocorra uma aprendizagem significativa onde os educandos sintam-se amados e inseridos de fato no contexto escolar. Desta forma, o objetivo deste trabalho é elucidar a necessidade da parceria família-escola para que assim a educação inclusiva venha a ser desenvolvida de forma satisfatória. Entretanto, para que isso aconteça é preciso desenvolver um trabalho baseado no respeito mútuo onde todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem reconheçam a importância de sua participação ativa contribuindo assim para o desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes.

**PALAVRAS CHAVES:** Família. Escola. Educação Inclusiva. Parceria.

---

<sup>2</sup> profcassiane2014@gmail.com

<sup>3</sup> ivaldosalesjunior@bol.com.br

<sup>4</sup> bernardadv@hotmail.com

<sup>5</sup> joselitoaraujo947@gmail.com

<sup>6</sup> adrianacavalcante32@hotmail.com

<sup>7</sup> wesleyecristo@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Na atualidade estamos vivenciando um momento singular na educação, pois, tornasse cada vez mais frequente a inserção de crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nas escolas regulares. Diante disto, não podemos deixar despercebido à importância da parceria família-escola para que de fato haja uma educação inclusiva significativa e de qualidade. Estudos indicam que quanto mais a família participa da vida escolar das crianças e adolescentes mais significativa tornasse a aprendizagem já que os mesmos se sentam amados e protegidos. Porém, a escola deve mostrar a essas famílias a importância de as mesmas estarem envolvidas no âmbito escolar já que mesmo no momento atual com tantas mudanças ocorridas na área educacional ainda existem pais e responsáveis que desconhecem a relevância que os mesmos podem exercer na aprendizagem e no processo de integração dos educandos. Toda via, se faz indispensável que além da família a escola disponha de profissionais especializados que possam contribuir e auxiliar os professores no processo de inclusão, pois, se faz necessário que o espaço escolar se torne cada vez mais atrativo e aberto a comunidade na qual encontrasse inserida. Sabemos que a ideia de inclusão há muito tempo encontrasse

presente na Legislação Brasileira, porém as crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) eram atendidas em internatos ou nas escolas especiais seguindo o modelo europeu, fazendo com que essas crianças fossem separadas das demais, ou seja, eram isoladas e privadas do convívio com outras crianças as quais não apresentavam Necessidades Educacionais Especiais fazendo com que o preconceito tornasse cada vez mais acentuado, sendo assim, se faz necessário que a inclusão aconteça de fato, ou seja, é preciso que as crianças e adolescentes com NEE frequente a escola regular e tenham o acompanhamento adequado para o desenvolvimento intelectual e social. À vista disto, é preciso que estejamos atentos às necessidades de mudanças educacionais onde se faz necessário a integração da família firmando a importância da mesma no âmbito escolar. Ou seja, devemos romper as barreiras buscando nos apropriar de práticas mais inclusivas onde todos que estejam inseridos nesse processo sintam-se valorizados reconhecendo assim a importância de sua contribuição para que tenhamos uma Educação Inclusão significativa e de qualidade.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo se desenvolveu por meio de uma revisão de literatura de natureza qualitativa. Para a produção desta pesquisa inicialmente foi estabelecida identificação do tema: **PARCERIA FAMILIA-ESCOLA PARA UMA EDUCACAO INCLUSIVA SIGNIFICATIVA E DE QUALIDADE.**

Para as fontes adquiridas foram utilizadas bases de dados online por meio dos descritores utilizados na pesquisa. A fim de determinar as informações relevantes que seriam extraídas na revisão.2.

É perceptível que a cada dia a quantidade de educandos com Necessidades Especiais Educacionais (NEE) na rede regular de ensino tem seu número aumentado a cada ano. Esse fato não está acontecendo aleatoriamente, isso ocorre que temos leis com a Constituição Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Declaração de Salamanca, a Convenção de Guatemala, entre outras leis que asseguram que todas as crianças e adolescentes tem direito garantido de frequentar o ensino regular.

Como também, deixa claro que jovens com NEE devem ser atendidos por profissionais especializados

preferencialmente dentro da própria escola que o mesmo venha a frequentar.

Sendo assim conforme o Ministério da Educação,

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, janeiro de 2008).

A vista do exposto acima, podemos perceber que se faz de fundamental importância que a escola venha a criar situações de aprendizagem que atenda a todos sem distinção ou exclusão.

Sabemos da indispensabilidade de se estreitar os laços da família com a escola a fim de melhorar cada vez mais o processo de inclusão e aprendizagem. À vista disto, é inegável a importância da escola está sempre solicitando a participação ativa da família no âmbito escolar já que a inclusão deve acontecer em todas as esferas da sociedade e não somente na escola, sendo assim, a família dever ser a primeira a promover a inclusão já que a mesma é o primeiro grupo social ao qual pertencemos. Pois, [...] estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o ‘cuidado’ que o Estado tem com seus cidadãos (Sawaia,2002:99). Diante disso, afirmação

à essencialidade de se fazer um trabalho com a participação ativa da família no âmbito escolar.

Desta forma quanto a Educação Inclusiva a Declaração de Salamanca conforme seu próprio texto (UNESCO, Ministry of Education and Spain, 1994) deixa registrado que:

(...) Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade. (p.61)

Contudo, fica explícito qual grandiosa e importante e faz a inclusão na vida dos educandos com NEE como também dos demais, pois no espaço onde a diversidade é aceita e respeitada todos saem ganhando já que todos terão a oportunidade de conviver com o “diferente” já que quando aceitamos e respeitamos as diferenças passamos a adquirir conhecimentos nunca antes imaginados, pois todos independente das limitações que possuem tem muito a ensinar.

Sendo assim, uma classe que convive diariamente com diferenças acentuadas é um espaço propício para se aprender a respeitar, a valorizar e a ser solidários, pois já não é aceitável que se discrimine ou exclua agora o essencial no

âmbito escolar e a valorização da diversidade.

A vista disto a Declaração de Salamanca claro que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...) (op.cit., p.61)

Sendo assim, é preciso que todos entendam que toda criança e adolescente tem direito de manter-se, adquirir conhecimentos e intervir na escola como também na sociedade. Toda via, fica evidente que todo educando independente de sua deficiência tem o direito de receber atendimento nas escolas regulares sejam elas públicas ou privadas através do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Assim,

As iniciativas em favor do acesso dos alunos da educação especial às turmas das escolas comuns e aos novos serviços especializados propostos pela Política de 2008 visam à transposição das barreiras que os impediam de cursar com autonomia todos os níveis de ensino em suas etapas e modalidades, resguardado o direito à diferença, na igualdade de direitos. (MANTOAN, 2011).

Entretanto, tendo como princípio um seguimento educacional que procura incluir e ocupar-se de servir crianças e adolescentes com NEE na escola regular se

torna essencialmente fundamental que se tenha profissionais qualificados para trabalhar de forma eficiente e satisfatória atendendo esse público com o respeito e a dignidade que os mesmos merecem, pois não basta receber esses educandos se faz necessário que os mesmos tenham de fato um atendimento de qualidades para que assim possa acontecer uma aprendizagem significativa.

Portanto,

Esse lugar não é abstrato, mas um espaço, denominado Sala de Recursos Multifuncionais, que reúne recursos humanos e materiais que envolvem novos conhecimentos, equipamentos, arranjos e parcerias e uma gestão da presença da educação especial na escola, que está sendo pouco a pouco sentida e considerada pela comunidade escolar e pelos pais a partir de novas práticas de encaminhamento, estudos e planos de ação educativos. (MANTOAN, 2011).

Sendo que, além de recursos de qualidade se faz essencial à garantia de recursos pedagógico e pessoal de apoio como também o apoio da família e da comunidade escolar como um todo.

### **3- CONCLUSÃO**

A conclusão deste trabalho se dar diante da certeza que as crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) devem e tem o direito garantido por lei ao acesso a uma educação de qualidade de fato.

Pois, já não basta que seu acesso à escola seja garantido por lei é preciso que a mesma venha a permanecer no âmbito escolar com sua participação ativa para que

assim de fato venham a ocorrer uma educação inclusiva fazendo com que esses educandos tenham direito a educação e a cidadania tanto quanto os outros educandos que não venham a apresentar nenhuma NEE.

Desta forma, o envolvimento familiar na escola como nos demais processos educacionais das crianças e adolescentes com NEE se faz indispensável já à família é o primeiro grupo social ao qual pertencemos sendo este importantíssimo na busca e aquisição do saber.

Diante disto, a parceria família escola tem muito a contribuir para uma educação inclusiva de qualidade já que, os vínculos estabelecidos entre a escola e a família traz um impacto positivo diante da aprendizagem dos jovens com NEE.

Sendo assim, a escola precisa conhecer a realidade de seus educandos fora do âmbito escolar e isso acontece quando se busca a parceria da família fazendo assim com que os professores conheçam de fato seu alunado e o meio parental no qual o mesmo encontrasse inserido.

Portanto ao termino deste artigo temos a certeza de que quando de fato acontece a parceria família- escola ocorre uma educação inclusiva de qualidade já que essa é a parceria que faz a diferença na vida de nossos educandos, sendo assim devemos este sempre buscando trabalhar juntos para

que aconteça uma educação significativa de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto no. 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as**

**Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiência**, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editores, 2006.

MANTOAN, M.T. Eglér. **Diferenciar para incluir: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva** 22/09/2011. [http://diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=42 &/diferenciar\\_para\\_incluir\\_a\\_educacao\\_especial\\_na\\_perspectiva\\_da\\_educacao\\_inclusiva](http://diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=42&/diferenciar_para_incluir_a_educacao_especial_na_perspectiva_da_educacao_inclusiva) acesso em 23/07/15.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO SUJEITO

*Micherlangela Conceição Lima*<sup>8</sup>

### RESUMO

O presente artigo faz uma retomada histórica do percurso educacional, procurando analisar sua contribuição como instituição social, da maneira que despertem no sujeito uma postura crítica e atuante na busca de significados e que os mesmos sejam participantes nesse processo de construção de conhecimento para que possam compreender a realidade do qual está inserido. De início, onde o acesso se dava exclusivamente para os filhos das elites, tendo como foco o processo industrial que proporcionou uma expansão no ensino com o propósito de qualificar mão de obra para que então, pudesse atender as demandas do capitalismo. Esse estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, onde analisa sua contribuição na formação do sujeito.

**Palavras Chaves:** Ensino, propósito educacional e formação do sujeito

---

<sup>8</sup> Micherlangela@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta apresentar um breve histórico da função da escola no Brasil. Na tentativa de compreender um pouco a ideologia da educação.

Nesse sentido inicialmente esclarecermos que na idade média a educação recebia forte influência religiosa, a qual estabeleciam os objetivos educacionais e sendo que mesmo controlado por integrantes religiosos a educação era elitista, pois o ensino intelectual ficava restrito as classes, populares que eram compostas por camponeses entre outros.

Este trabalho tem como ponto primordial a reflexão sobre o propósito educacional, momento este que veio a se intensificar pelas perspectivas de modernização do ensino escolar assentando-se em base sólidas da humanidade. Destacando sobre as várias mudanças econômicas, onde podemos ressaltar a transição do Império para a República e o progresso industrial, que contribuiu para à formação de mão de obra, no entanto era preciso que este ideário educacional fosse oferecido de forma debilitada somente para atender às necessidades a sociedade capitalista. Nesta perspectiva surge então indagação será que a educação segundo o ponto de vista tem

como intuito preparar para o conhecimento prático para servir ao mundo do trabalho?

A educação vem assumindo diferentes formas ao longo da história, variando conforme o tempo e o espaço social, sendo preciso refazer as estruturas educacionais, foi assim que se deram início as reformas educacionais que foram remarcadas com o modelo educacional dos grupos escolares que tinham a preocupação precipitar o desenvolvimento físico e intelectual e a formação moral e aptidão.

Era preciso abandonar o tradicional, ascender uma instituição que condense a modernidade pedagógica, valoriza o ensino seriado, classe homogêneas, mudança do método individual pelo simultâneo.

Como a implantação dos grupos escolares, percebe-se uma mudança significativa, pois adotou uma nova configuração pedagógica e administrativa, com práticas.

Breve Contexto histórico do sistema educacional e o papel da educação exercida nesta sociedade

Durante o período da Idade Média a educação, estava sob o domínio da igreja, pois havia um monopólio da cultura e do pensamento por parte dela. A educação teve grande influência religiosa, pois eram os integrantes da igreja que estabeleciam o que deveriam ser abordados, os conteúdos e os objetivos da educação, neste período apenas sabiam ler e escrever aqueles ao qual

pertenciam em geral ao homem burguês, clero e nobreza, pois o ensino intelectual estava sob controle do clero excluindo as classes populares que não tinham acesso ao conhecimento.

Embora controlada pela igreja a educação, não ficou apenas no campo religioso abrindo também espaço para o estudo das ciências técnicas e habilidades, ampliando vários leques com escolas e funções diversas:

- Escolas paróquias com a função de formar padres, ensinava-se basicamente temas religiosos, pois o seu objetivo central era a formação sacerdotal.
- Escolas Monásticas, cuja função estava voltada para a formação de monges, funcionavam em sistema de internato, onde o estudo voltava-se para latim, conto gregoriano, texto sagrados, entre eles a disciplinas.
- Escolas Palatinas tinham como função a formação mais ampla do indivíduo, somente eram frequentadas pelos filhos de nobres.

Durante o período renascentista, surge a indo ao poder cultural supremo à igreja Católica, no qual deu origem a movimentos de reforma protestante a qual viria contribuir à transformação da escola, tida como pública, porém elitista apenas frequentada por classes dominantes.

No final do império e começo da república esboçava uma política estatal, fruto do fortalecimento do estado. Até então, a política educacional era feita exclusivamente no recinto da sociedade civil, durante o período colonial a educação mantinha o domínio dos portugueses sobre os índios e escravos. Depois esboçava-se uma estrutura de classes e a educação além de produzir a ideologia passa a ser estrutura de classes.

A partir da queda da monarquia e a adoção completa do regime republicano, não tivesse representado o fim de um sistema político elitista que ocasionaram uma relativa para participação popular nos processos políticos do país. Manifestavam-se as exigências da sociedade a procura de um maior grau de adequação ao ser humano aos novos tempos, já que a educação avançava. Entretanto, com essa estabilidade de um novo modo de produção e o surgimento de uma nova classe dominante, surgia a necessidade de formar o homem voltada para as questões da realidade. Assim dava-se início a ruptura com o saber medieval.

Neste sentido, começa a delimitar no campo do ensino a disputa da igreja e do estado, sendo que o último passou a controlar a educação, que até os anos 20, era vista como instrumento de produção e passou a comporta-se como ferramenta de mobilidade social. As classes que detinham



o poder econômico e político usavam como distintivos, já as camadas populares almejavam como principal via de elevação social, prestígios e integração com as classes dominantes. Porém a educação não era tida como função educadora para todos os níveis, razão pela qual eles não recebem atenção devida do estado, senão formalmente. (Romanelli 1983).

Com a mudança de uma sociedade oligárquica para a industrial remarcaram-se estruturas de poder e o progresso de industrialização ressaltou em transformação em transformações importantes na base econômica brasileira, sobretudo, por conta do café que passou a ser produto chave, da base econômica e assim permaneceu até pelo menos metade do século XX. A economia cafeeira gerou sinais de modernização, principalmente no eixo dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, estimulando o processo de urbanização e importação de produtos industriais, favorecendo uma nascente burguesia, deixando evidente que a educação não era prioridade do estado, tendo em vista que a educação servia apenas para a formação de mão de obra.

Diante das discussões por meio da imprensa e debates surgem propostas reformistas em diversos campos de interesse procura-se ascender possibilidades ao Brasil que o elevasse ao patamar das novas necessidades impostas.

Neste sentido era urgente que o Brasil promovesse uma mudança no campo da educação. Esta reforma trazia como destaque e grande novidade o atendimento de uma necessidade imperiosa e antiga em termos de instrução pública, no qual fosse a construção de espaços próprios para a educação escolar.

Farias (1987, p27) esclarece que:

“a tentativa do capital de organizar a escola e formar seus trabalhadores, segundo a racionalidade capitalista da acumulação do capital foi um processo lento que, historicamente, se deu desde o momento em que o capitalismo sentiu a necessidade da escola para e reproduzir a acumulação capitalista.

Assim a educação se forma numa atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais, que os indivíduos estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, constitutiva dessas relações.

Nesta perspectiva, as relações sociais, inclusive no trabalho, constituem em processos educativos desenvolvidos na escola e trabalho, desde que este seja entendido como ação e criação humana.

Desta forma, a sociedade organizada sob o modo de produção capitalista, o indivíduo não é aquele ser histórico que estabelece relações com outras, mas se limita ao indivíduo que suborna sua força de trabalho. Segundo afirma Frigotto sobre a função da educação na sociedade capitalista que:

“trata-se de subordinar a função social da educação de forma dominante para responder as necessidades do capital.”

Na perspectiva da classe trabalhadora a educação é fundamentada no desenvolvimento de potencialidade e apropriação de saber social, para que venha suprir suas necessidades. Portanto, a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, dos valores atitudes e que uni determinados interesses e desconjunta outros, nesse paradoxo existente no seu interior, onde encontra-se possibilidades de mudanças. Neste caso, pensar o sentido da escola possibilita em repensar o próprio papel, sua organização estruturacional e aos que participam ativamente deste processo da educação.

A implantação das escolas graduada e sua contribuição

Os grupos escolares foram instalados em diversos países, obtendo êxito na Espanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. No Brasil os grupos escolares foram as principais instituições educacionais, um marco no país conforme Reis (1995), no início da república iniciaram as reformas educacionais das escolas isoladas existentes, formaram-se os grupos, e a partir daí o campo educacional ganhou outra estrutura fazendo uma junção das escolas em um único espaço, a difusão dos grupos escolares foi rápida em todo

país, com característica de agrupamento de alunos com mesmo nível de aprendizagem, professores e plano de curso definido para cada série e aprovação gradual dos alunos.

Segundo Souza (1998), afirma que:

“Os positivistas acreditavam que a Educação só poderia se difundir através da ordem social e para isso foi necessária a criação dividida em séries. Ao serem instalados os liberais republicanos entendiam os grupos Escolares como uma instituição de escola pública e de qualidade e tinham a função de elevar o país a nível de países desenvolvidos!

O primeiro grupo escolar brasileiro surgiu na cidade de São Paulo em 1883, este estado predominou como anunciador deste sistema servindo de modelo para os demais estados devido as suas condições sócio econômico e político favoráveis a implantação do novo modelo dessa forma ainda expressa o esforço e a resposta dos republicanos em torno da disseminação da escola pública sob o referido ideário. E pode-se acrescentar uma educação ampla, preocupada não somente com leitura e escrita, mas com uma formação moral, aptidão e o desenvolvimento físico e intelectual.

Os grupos escolares eram seriados, homogêneos diferentemente das escolas isoladas. Eles também eram chamados de escolas graduadas, uma vez que este agrupamento dos alunos se dava de acordo com a série em que se situavam e auxiliava no desenvolvimento de potencialidades

As escolas graduadas no estado paulista obtiveram seu processo de

implementação decorrente de imensas mudanças no ensino primário de uma escola de ler e escrever para uma escola de educação integral com programa atrativo e enciclopédico de uma escola onde poucos tinham acesso para uma de acesso obrigatório e universalizada (Souza p.31\_32).

Nesta perspectiva buscava-se meios para a realização dos ideais republicanos de civilizar e moralizar o povo, nesse momento em que se vivência várias transformações educacionais, em busca do método mais eficiente que sanasse os problemas de repetência, evasão e altos índices de analfabetismo. Para isso era fundamental trazer as massas populares à escola e rompesse com o modelo existente, sugerir algo completamente adverso ao que era presente e certamente seria uma inovação do sistema educativo.

Conforme afirma Farias (2000 p-31):

A educação dos grupos escolares era defendida não apenas para organizar o ensino, mas principalmente, como forma de reinventar a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e político da sociedade e de civilização de massas.

Nesse sentido o grupo escolar, dá início à escola graduada, como uma instituição que condensa a modernidade pedagógica, valoriza o ensino seriado, classes homogêneas, substituição do método individual pelo simultâneo, dando espaço a uma nova cultura escolar

visualizada como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a insinuar com práticas que possibilitem a transmissão do conhecimento. Estas transformações ocorridas no ensino permitiram uma nova instituição escolar com variações significativas na organização administrativa e pedagógica valorizando o ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção bem como o uso de métodos que propicie o desenvolvimento gradual e harmônico dos alunos. No qual Souza defende um ensino laico, obrigatório e gratuito confirmando o dever do governo com a educação do povo E o ensino primário tinha as seguintes finalidades:

Moldar o caráter das crianças futuros Trabalhadores do país incuntindo-lhe especialmente valores e virtudes morais, normas de civilidade, amor ao trabalho, o respeito pelos superiores, a apreço pela pontualidade, pela ordem e pelo anseio [...] deveria a escola popular colaborar na Importantíssima obra de consolidação da Nação brasileira, veiculando com valores Cívico patrióticos (2008 p.38).

Fica evidente que o propósito do ensino foi criado a partir das necessidades sociais, econômicas e políticas em que o país estava vivenciando.

As escolas graduadas tornaram-se os maiores símbolos na formação dessa identidade escolar que deveria propiciar tratamento igualitário para ambos os sexos :Sendo que expressam valores a serem

incutidos nos meninos e meninas que faziam parte deste grupo, para as meninas o ensino valorizava atributos como leitura que se tornava essencial para uma boa postura para desempenhar seu papel de mãe, esposa e professora, enquanto os meninos desempenhavam performance que auxiliavam na sua função de cidadão.

Os grupos escolares ficavam localizados nos centros urbanos, geralmente em prédios próprios, com salas de aula, laboratórios e outros espaços específicos para que suas atividades fossem desenvolvidas. Com a substituição das casas escolares por esta organização, ficou eminente a ampliação e modernização de seus materiais didático-pedagógico. Estas escolas graduadas dispunham com professores normalistas com melhores salários e com materiais pedagógicos disponíveis no que difere das escolas isoladas que funcionavam com condições inadequadas e controle do Estado, este modelo escolar vigente encontrava-se em problemas lastimáveis, alguns funcionavam em prédios sem estruturas adequadas, em casas alugadas ou na própria residência das professoras e a falta de um plano definido contribuía para o aumento do contingente de analfabeto (BERGER E ALMEIDA, 2004)

As escolas graduadas contribuíram positivamente na organização curricular, obtendo destaque no cenário educacional,

sendo visto como modelos destinados à escola primária da realidade urbana que representava não somente o ensino, mas regulou o comportamento, moldando o dia a dia de professores e alunos dentro das instituições, como também propagou méritos e normas sociais (VIDAL 2006)

## **METODOLOGIA**

O presente estudo se desenvolveu por meio de uma revisão de literatura de natureza qualitativa. Para a produção desta pesquisa inicialmente foi estabelecida identificação do tema. A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO SUJEITO

Para as fontes adquiridas foram utilizadas bases de dados online por meio dos descritores utilizados na pesquisa. A fim de determinar as informações relevantes que seriam extraídas na revisão.

## **A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA MODERNA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO**

A educação é o elemento chave na construção de uma sociedade baseada na informação, conhecimento e no aprendizado.

Educar em uma sociedade intensa com informações significa muito mais que treinar pessoas para melhor absorção desse conhecimento trata-se de investir no desenvolvimento de competências

suficientemente amplas que lhe permitam ter atuação efetiva na produção de bens, serviços e tomar decisões fundamentadas. Sabido que, a busca incessante pelo conhecimento passou a ser um diferencial na formação de sujeitos críticos em torno da realidade. Estar em constante aprendizado passou a ser indispensável para qualquer cidadão que queira manter –se no mercado de trabalho e intelectualidade, tendo em vista que este mercado exige constante atualização.

A modernização promove significativas transformações em vários âmbitos da sociedade –social, econômico, político e cultural, tendo destaque na esfera cultural que ao promover a laicização emancipa a consciência humana e a racionalização da cultura. Essa revolução implicou em mudanças na educação que passou a ser entendida como um processo de aquisição e ensinamentos indispensáveis à formação do sujeito.

Nesse sentido considerando o sujeito, o projeto de educação a ser desenvolvido na escola deve está inserido de acordo com a realidade que o mesmo faça parte, visando esta mudança compreende que a realidade não é algo definido, não se trata, no entanto, de atribuir a escola nenhuma função salvacionista, mas reconhecer seu incontestável papel social no desenvolvimento de processos educativos

Na realidade a educação terá como ponto primordial a formação do sujeito ético, político, ativo na sociedade da qual se integra, além dos grupos dos quais estão inseridos como a família, igreja e outras instituições sociais e em locais formativos agindo em função do controle e da conformação social, atuando no sentido educativo (CAMBI ,1999) No entanto, a escola é um fator principal na centralização dos processos educativos e contribui pela formação da consciência moral do sujeito

Nesta perspectiva a função da escola deve ser determinar políticas coerentes a serem aplicadas em situações reais e específicas capazes de contribuir para melhoria da condição de vida de um grupo .Sabido que agir de forma isolada é parte que foi supostamente substituída por um novo modelo que age coletivamente para melhor efetivação de seu ideário ,porém ainda encontra-se com um ensino debilitado dissociado com a realidade ,mas com um comprometimento que prepare o sujeito para enfrentarem os obstáculos que se deparam diante de processos que estão em constante evolução .Por estes motivos se faz necessários frisar a importância de uma educação que seja condizente com a realidade capaz de formar sujeitos com consciência dos problemas nacionais e da necessidade de sua integração

A escola por vez é colocada como principal ferramenta capaz de solucionar as

demandas do mundo. Sendo assim Ribeiro afirma que:

“[...]a finalidade imediata da educação muitas vezes não é cumprida, é a de tornar possível um maior grau de consciência, ou seja, de conhecimento, compreensão da realidade da qual somos parte e na qual atuamos teórica e praticamente

“Deste modo, se o sujeito almeja este processo histórico e social de formação, a educação tem como papel realizar esta tarefa. Isso implica em um processo de conscientização que possibilite conhecer e interpretar a realidade social atuando e construindo-a.

Sendo assim, a educação escolar, no desempenho de sua função de formadora de sujeito carece de um ambiente de sociabilidade que permite a construção e a socialização do conhecimento produzido, tendo em vista que este conhecimento seja caracterizado como processo em construção.

Diante destas novas exigências a formação das novas gerações tem recebido crescente atenção na busca de métodos e procedimentos que eduquem para a tolerância, flexibilidade, curiosidade intelectual e a ética, sem abrir mão dos valores humanos da cultura. Na concepção de MORIN, 2001 “a educação é ao mesmo tempo transmissão do antigo e abertura da mente para receber o novo

“O relatório Delors (2000) ,enfatiza que a educação como condição necessária para as próximas gerações ,ressaltando

quatro saberes essenciais :aprender a aprender ,aprender a fazer ,aprender a ser e a conviver .Estas concepções requer um novo olhar sobre o verdadeiro sentido educativo expressado ,ou seja é preciso abandonar a mera transmissão de conteúdos e sim a formação de sujeito cognitivo com competência e habilidades para conduzir situações inesperadas e sanar problemas inéditos .Por isso se faz necessário que compreendamos a educação numa dimensão para além do imediatismo ,da instrumentalidade .É fundamental e premente considera-la em toda sua plenitude ,buscando a formação do sujeito na sua totalidade.

O relatório da Unesco da comissão Internacional que a educação para o século XXI, conclama a educação para contribuir efetivamente para o desenvolvimento total da pessoa –espírito e corpo, inteligência entre outros. Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças a educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Deste modo constitui-se tarefa da educação lidar não só com instrumentos essenciais de aprendizagem que envolve leitura e escrita, mas principalmente conteúdos educativos fundamentais, tais como: valores e atitudes, alia-se o

desenvolvimento de competência técnica / científica e o conhecimento de si mesmo, elevando o pensamento.

O propósito da educação neste contexto é principalmente a formação do caráter e não simplesmente o conhecimento, entendendo como caráter as virtudes potenciais agregadas ao sujeito. Essa abordagem auxiliará o educador a lidar com os educandos, possibilitando-os compreender que seis atos terão reflexos na totalidade.

Neste contexto, a reflexão por parte dos educadores acerca do propósito e contexto da educação, a natureza e construção do conhecimento, o papel do educador, a função estrutural da escola e o desenvolvimento total do educando, é necessária a renovação das concepções e das práticas, permitindo assim uma nova pedagógicas, permitindo assim uma nova práxis para o e professor. Assim, a questão central voltava-se ao como explicar e não mais observar e descrever. Porém, este fato não acontece de maneira uniforme, uma vez que ainda temos docentes preocupados apenas com descrição e atividades que não favorecem e tampouco despertam o senso crítico no educando.

## CONCLUSÃO

A partir deste estudo, podemos perceber que a educação na Idade Média, tinha um monopólio da cultura e do

pensamento por parte da igreja, pois eram os imigrantes da igreja que estabeleciam o conteúdo a ser abordado, podemos salientar que o ensino religioso tinha como objetivo preservar pelos estudantes eram filhos de nobre, pois a camada social possuía recursos financeiros para manter os filhos nas escolas. Os nobres decidiam quais filhos iriam frequentar a área militar (formação de cavaleiros) e para formação técnica (formação religiosa, escola formais ou escolas monásticas).

Enquanto os filhos dos presos a obrigação servis, não tinham acesso á educação sendo privado do mundo da escrita e leitura.

Entretanto, podemos dizer que a educação se desenvolveu ao longo da história, e tal desenvolvimento é proveniente das transformações ocorridas na sociedade, pois a mesma teve que se adaptar diante dos avanços ocorridos principalmente na economia, que necessitava criar mecanismo de incentivo ao ensino. Neste sentido, sentia-se a necessidade de criar uma política econômica de acordo com a realidade de centralizar a dever do estado, a oferecer uma educação que seja universal e gratuita.

Diante da revolução de 30, foi que a educação começou a abrir olhares, pois ela tornou-se instrumento daquele estigma da sociedade capitalista que tinha a função para qualificar e formar mão de obra, para

que assim atendesse a demanda da sociedade capitalista oferecendo uma educação debilitada.

Pelo exposto, pode-se dizer que as transformações ocorridas no Brasil com o advento da república foram provocando mudanças no setor educacional e alterando os rumos da escola primário e a educação tornou-se essencial diante do novo modelo.

Os grupos escolares foram as principais instituições educacionais crucial no processo de restauração educacional no país, sendo que a primeira organização institucional foi implantada em São Paulo, obtendo sucesso e logo depois expandiram, para os demais estados do nordeste, a criação dos grupos escolares significou a implantação de uma nova modalidade escolar, mais racionalizada atendia as necessidades de um projeto de integração social e política vista como fundamental para a consolidação da República.

Neste sentido, expandiram outras formas de educação não no sentido de substituir, mas de fortalecer o processo educacional e contribuir para formação do educando, dando um salto de qualidade, não só em relação ao saber sistematizado, mas enquanto ser humano pensante que interagem e busca soluções para os problemas.

## REFERÊNCIAS

BERGE, Miguel André S Almeida, Anne Emile Souza de. A instrução pública em Sergipe na era da modernidade- analisando a trajetória dos Grupos escolares. In: Congresso Brasileiro de História da Educação :A Educação Escolar em perspectivas e históricas, 3,2004, Paraná = Anais.

CAMBI, F. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP,1999

DEIORS, J.(org) Educação: um tesouro de descobrir. São Paulo Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2000.

Faria Filho, Luciano Mendes de. Dos Pardieiros aos Palácios: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000 a.

\_\_\_\_\_. Luciano Mendes de. Organização do trabalho escolar e formação dos professores em Minas Gerais- 1900/1920. Belo Horizonte: Amappe 1987

MORINE. A cabeça bem-feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

\_\_\_\_\_. Os setes saberes necessários á educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.p.72

Reis Filho, Casamento dos. O Ensino Primário Paulista. Primeira República. A educação e a Ilusão Liberal: Origens do ensino público paulista. Capinas. Ed. Autores Associados,1993 p.131-171.

RIBEIRO, M, L.S. Educação Escolar: Que prática é essa?

Campinas: Autores Associados, 2001, ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil. 34 ed. Petrópolis. Vozes.

ROMANIELLI, Otaíza de O. História da Educação no Brasil 1930/1973. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2002

SOUZA Rosa Fátima de. Templos de civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1893-1910) São Paulo: Fundação Editora UNESP 1998



\_\_\_\_\_ Rosa Fátima de História da organização do trabalho escolar e do currículo no século xx. ensina no primário e secundário no Brasil, São Paulo Cortez 2008.

VIDAL- Dyana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: Os grupos Escolares em foco. In Vidal grupo Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: SP: Mercado de Letras 2006. p. 7-20



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

---

## ACOLHIMENTO DO USUARIO DO PSF (PROGRAMA DA SAÚDE DA FAMÍLIA) COM ABORDAGEM NO CAMPO ODONTOLÓGICO

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE ALAGOAS – IMAS MESTRADO EM CIÊNCIAS DA  
EDUCAÇÃO

*Dílson Cavalcante Tenório<sup>1</sup>*

*José Silva de Menezes<sup>2</sup>*

*Betijane Soares de Barros<sup>3</sup>*

### RESUMO

**Objetivo:** Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão narrativa de estudos sobre a importância da humanização nos procedimentos odontológicos e sua relevância no tratamento aplicado. **Metodologia:** levantamento bibliográfico realizado em março de 2019, com pesquisa de artigos e periódicos. **Resultados:** Estabelecer um perfil clínico indispensável para o profissional de odontologia, sustentando a ideia de que esta é uma condição necessária para o estabelecimento do vínculo entre a profissional e cliente, a compreensão, a tomada de decisão e a intervenção. Portanto, o papel desta representação heurística do modelo clínico é facilitar futuras construções de abordagens, levando em consideração a variabilidade individual em pacientes, profissionais e as necessidades particulares. **Conclusão:** A humanização é pouco abordada e vivenciada no processo de formação do profissional, a formação excessivamente técnica dos cursos de graduação em Odontologia em detrimento à formação humanística, que pode ser transformada através do processo de educação.

**Palavras-chave:** Humanização; Odontologia; Educação em saúde.

---

<sup>1</sup> dilsontenorio4@hotmail.com

<sup>2</sup> jaelson\_menezes@hotmail.com

<sup>3</sup> bj-sb@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O processo de humanização se dá através dos cuidados envolve respeitar a individualidade do Ser Humano, construindo uma relação entre as instituições de saúde e as pessoas envolvidas. Nessa linha de pensamento, podemos relatar que para um cuidado de forma humanizada, o profissional da saúde, que presta cuidados mais próximos ao paciente, deve ser capaz de entender a si mesmo e ao outro, norteando-se sobre a forma de ação e tomando consciência dos valores e princípios dos pacientes. (PESSINI, 2004)

Para o ministério da saúde o trabalho humanizado para o profissional de saúde requer que ele próprio trabalhe num ambiente humanizado. Nesse contexto o dentista necessita de cuidados especiais desde sua formação, que valorize este aspecto da atenção à saúde, precisa de reconhecimento e proteção no desempenho de suas funções. (BRASIL, 2002).

Segundo Campos (2002) esses fatores não podem ser desarticulados da intenção de querer o bem ao cliente, de afetividade e envolvimento com os preceitos do cuidado ético e digno. Humanizar, tanto no aspecto político, quanto no aspecto do cuidado individualizado, requer a percepção das implicações éticas do cuidado. Cuidar de

forma mais digna requer uma interação e o estabelecimento de vínculos entre o profissional de saúde e o paciente.

Fernandes (2005) relata o respeitar envolve ouvir o que o outro tem a dizer, buscando interpretar o que ouvimos, ter compaixão, ser tolerante, honesto, atencioso, é entender a necessidade do autoconhecimento para poder respeitar a si próprio e, então, respeitar o outro. Embora o conceito de respeito seja bastante amplo, pode-se pontuar que, ao agir de forma a considerar a individualidade e a subjetividade do paciente, tratando-o com atenção, consideração e deferência, estará agindo de forma respeitosa e, portanto, oferecendo cuidados mais integrais e humanizados.

No entendimento Canalli (2012) o processo de humanização na Odontologia vem ganhando relevante no contexto atual, marcado pelo intenso desenvolvimento científico e tecnológico e a qualidade do relacionamento cirurgião-dentista e paciente deve ser melhorada, utilizando também dessa ferramenta de estudo. O mesmo autor relata que o tema citado tem pouca exploração no campo literal da odontológica.

Desta forma o presente trabalho tem como principal objetivo relatar através de pesquisas bibliográficas sobre qual a importância da humanização? Quais seus benefícios nos procedimentos

odontológicos e sua relevância no tratamento aplicado?

## **METODOLOGIA**

Este estudo constitui-se de uma revisão sistemática, cujo levantamento bibliográfico foi realizado na Biblioteca Central Unit e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com pesquisa de artigos e periódicos na Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME) que reúne bancos de dados on-line (LILACS, IBECs, MEDLINE, Biblioteca Cochrane, SCIELO). As palavras-chaves utilizadas junto ao DeCS para a busca de artigos e periódicos foram: Humanização; Humanização; Odontologia; Educação em saúde.

Para serem incluídos na pesquisa eletrônica os artigos deveriam abordar aspectos relacionados a recursos sobre o atendimento humanizado em odontologia, também a presença das palavras-chave semelhantes às usadas para a pesquisa no DeCS. Foram excluídos aqueles estudos

que não apresentaram metodologia detalhada, dificultando o entendimento dos procedimentos realizados.

Gil (1999) relata que as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

O mesmo autor cita o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

**DETALHAMENTO DAS ETAPAS DA REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA**

<b>TÓPICOS DE CADA ETAPA</b>	<b>DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO</b>		
<b>Tema</b>	ACOLHIMENTO DO USUARIO DO PSF (PROGRAMA DA SAÚDE DA FAMÍLIA) COM ABORDAGEM NO CAMPO ODONTOLÓGICO		
<b>Pergunta norteadora</b>	Qual a importância da humanização no processo do acolhimento?		
<b>Objetivo geral</b>	Discutir através de levantamentos bibliográficos os benefícios da PSE no universo escolar.		
<b>Estratégias de busca</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND, NOT, OR;</li> <li>2. Uso de aspas nos politermos (descriptor com mais de um termo) para que a varredura de artigos científicos contemplasse o termo exato;</li> <li>3. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH;</li> <li>4. Uso de metadados (filtros) nas bibliotecas virtuais;</li> <li>5. Uso de descritores em inglês para ampliar o número de artigos.</li> </ol>		
<b>Bancos de terminologias</b>	<b>Banco</b>	<b>Link</b>	
	c	<a href="http://decs.bvs.br/">http://decs.bvs.br/</a>	
	h	<a href="https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh">https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh</a>	
<b>Descritores livres e estruturados</b>	<b>Descritor</b>	<b>DeCS (Registro)</b>	<b>MeSH (Identificador Único)</b>
	Promoção da Saúde	6444	D006293
	Odontologia	3812	D003797
	Humanização	50250	
<b>String de busca</b>	<a href="http://decs.bvs.br">http://decs.bvs.br</a>		
<b>Bibliotecas Virtuais</b>	<b>Biblioteca</b>	<b>Link</b>	
	BVS	<a href="https://bvsalud.org/">https://bvsalud.org/</a>	

Para serem incluídos na pesquisa eletrônica os artigos deveriam abordar aspectos relacionados a recursos sobre a importância da humanização nos procedimentos odontológicos e sua relevância no tratamento aplicado também a presença das palavras-chave semelhantes às usadas para a pesquisa no DeCS. Foram excluídos aqueles estudos que não apresentaram metodologia detalhada, dificultando o entendimento dos procedimentos realizados.

**RESULTADOS**

O total de buscas corresponde total de documentos disponíveis na Plataforma DeCS obtidos por *string* utilizando humanização END Odontologia com um total de publicações sem o filtro 578, as publicações disponíveis após aplicar os filtros 564 e publicações aproveitadas na Revisão Sistemática Integrativa 14, totalizando 1142.

<b>String de busca</b>	<b>Bases de dados</b>	<b>Total de publicações sem o filtro</b>	<b>Publicações disponíveis após aplicar os filtros</b>	<b>Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática Integrativa</b>
Humanização END Odontologia	Decs.bvs	578	564	14
<b>Total</b>		1142		

No intuito de reunir todas as informações e avanços no processo de humanização no atendimento odontológico com evidências que facilitem a triagem e o direcionamento dos procedimentos adotados no atendimento ao usuário do tratamento odontológico, adotou-se como critério de inclusão artigos na língua portuguesa publicados entre 2006 e 2019, na qual estivessem presentes maiores informações sobre a complexidade da humanização em termo atual na área da Saúde Coletiva e nos serviços públicos de saúde no ambiente odontológico, excluindo-se artigos incompletos com títulos que não estavam diretamente relacionados ao tema da pesquisa e/ou que

não continham dados relevantes relacionados ao objeto de estudo.

No LILACS, a busca resultou em 14 publicações, sendo 12 artigos não contribuíam com os objetivos do estudo. No SciElo, a busca resultou em 65 referências, sendo que 62 não contribuía para pesquisa. No banco de dados MEDLINE, a busca resultou em 370 publicações sendo que 367 estavam em línguas estrangeiras sem publicações traduzidas. No PubMed, foram encontrados 129 artigos sendo que 126 estavam em língua estrangeira sem publicações traduzidas.

O resultado da busca pelos artigos está representado na tabela abaixo

<b>BASE DE DADOS</b>	<b>TOTAL DE REFERENCIAS</b>	<b>ARTIGOS EXCLUÍDOS</b>	<b>ARTIGOS SELECIONADOS</b>
<b>LILACS</b>	14	12	3
<b>SCIELO</b>	65	62	3
<b>MEDLINE</b>	3	367	4
<b>PUBMED</b>	129	126	4
<b>TOTAL</b>	578	564	14

A leitura exploratória verifica em que medida a obra consultada interessa à pesquisa. Esta pode ser feita mediante leitura de resumo, folha de rosto, índice, bibliografia e notas de rodapé (GIL, 2007). Na primeira fase, a busca pelos artigos se deu com a identificação do tema a partir da leitura exploratória do título e resumo de cada artigo. Nesta fase foram excluídas 512 referências, porque não incluíam no título ou resumo as palavras que contemplavam este estudo. A leitura seletiva é de natureza crítica e determina, de fato, qual material interessa à pesquisa. Para selecioná-lo, o autor deve ter em mente os objetivos (GIL, 2007). Para a leitura seletiva foi necessária a leitura dos artigos na íntegra para relacioná-los com o objetivo da pesquisa. A leitura seletiva não foi considerada definitiva, sendo complementada pela leitura analítica. Nesta fase, foram excluídas 46 referências, porque mesmo atendendo aos critérios da leitura exploratória, não atendiam ao objetivo do estudo, ou seja, não abordavam a relevância da humanização nos procedimentos odontológicos.

A análise dos dados foi contemplada pelas leituras exploratória, seletiva, analítica e interpretativa propostas por (GIL, 2007). A leitura analítica é de natureza objetiva e analisa os textos selecionados como definitivos com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes (GIL, 2007).

Por fim, a leitura interpretativa do material selecionado, buscou relacionar o conteúdo dos textos analisados com a temática da pesquisa. Sendo assim, os artigos foram analisados, contextualizados e os resultados foram elaborados baseando-se em títulos e subtítulos, estabelecidos da seguinte forma: Historicidade, Discussão e Conclusão das (IDPs); revelando a importância de um atendimento humanizado, levando a conhecimento da população e de todas as áreas de saúde, os benefícios trazidos pelo modo de ser essencial.

Depois da primeira leitura, os artigos foram relidos com o objetivo de realizar uma análise interpretativa da questão norteadora estabelecida. Após a

leitura, foi construído o quadro sinóptico das informações encontradas no material.

#### QUADRO SÍNTESE DE BUSCA

TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTOR	MÉTODO APLICADO
Humanizing clinical dentistry through a person-centred model.	2014	APELIAN, N.; VERGNES, J.; BEDOS, C.	Estudo de natureza descritiva e exploratória com abordagem qualitativa.
Estrutura e organização do trabalho do cirurgião dentista no PSF de municípios do Rio Grande do Norte.	2006	ARAÚJO, Y.; DIMENSTEIN, M.	Estudo de caso múltiplo transversal e de cunho exploratório.
Manual do Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar-PNHAH	2002	BRASIL. Ministério da Saúde	Estudo quantitativo, descritivo e transversal.
Política nacional de humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS.	2004	BRASIL. Ministério da Saúde.	Estudo descritivo e exploratório.
Concepção de dentistas de Santa Catarina (Brasil) sobre o perfil do profissional ideal.	2012	CAMPOS, L. et al.	Estudo de caso múltiplo transversal e de cunho exploratório.
A saúde pública e a defesa da vida.	2002	CAMPOS, G. W. S	Estudo descritivo e exploratório.
A humanização na odontologia: uma reflexão sobre a prática educativa.	2011	CANALLI Cse, GONÇALVES ss, CHEVITARESE I, SILVEIRA Rg, MIASATO Jm	Estudo de natureza descritiva e exploratória com abordagem qualitativa.
A integralidade, a partir do acolhimento, nas práticas de ensino clínico em uma faculdade de odontologia	2014	COSTA, G. et al.	Estudo quantitativo, descritivo e transversal.
Percepção do professor sobre o respeito	2005	FERNANDES MFP, PEREIRA RCB	Estudo descritivo e exploratório.
Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação.	2014	FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J	Estudo descritivo e exploratório.
Marketing de relacionamento: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre.	2000	GORDON, I.	Estudo descritivo e exploratório.
Humanização no atendimento odontológico: acolhimento da subjetividade dos pacientes atendidos por alunos de graduação nos campos de estágio	2013	MOTA, L.; SANTOS, T.; MAGALHÃES, D.	Estudo de caso múltiplo transversal e de cunho exploratório.
Avaliação da qualidade de serviço odontológico prestado por universidade privada: visão do usuário.	2005	NOBRE, E. S. et al.	Estudo de caso múltiplo transversal e de cunho exploratório.



Humanização da dor e do sofrimento humanos na área da saúde.	2014	PESSINI L.	Estudo quantitativo, descritivo e transversal.
--	------	------------	--

## DISCUSSÃO

Segundo o ministério da saúde (2004), existe uma preocupação em torno da banalização do conceito da humanização nos serviços de saúde, o atendimento pode ser confundido com atitudes humanitárias, de caráter filantrópico, voluntário, de bondades ou como um favor, já que o cidadão tem o direito à saúde. Portanto, humanizar é ofertar atendimento de qualidade, articulando os avanços tecnológicos com o acolhimento, com as melhorias dos ambientes de cuidados de saúde e com as condições de trabalho

Construir uma filosofia na abordagem de um procedimento de qualidade humanizado deve ser vista como uma das dimensões fundamentais, não podendo ser entendida apenas como mais um programa a ser aplicado aos diversos serviços de saúde. (BRASIL, 2004).

O ministério da saúde obtém um programa institucional voltado a humanização, no qual enfrenta o risco eminente da burocratização do processo, perdendo o vínculo de relação com os pacientes, neste contexto, é necessário adotar a humanização de maneira

transversal na forma de um conjunto de princípios e diretrizes que se traduzem em ações nos diversos serviços e práticas de saúde (BRASIL, 2004).

Segundo Costa (2014) a humanização das relações entre trabalhadores e serviços de saúde com os usuários se dá através do acolhimento, invertendo a lógica da organização e o funcionamento do serviço de saúde, estabelecendo como prioridade a necessidade dos usuários. Desta forma há a possibilidade de uma construção de uma relação profissional/paciente com acolhimento, compartilhando responsabilidades na intervenção resolutiva.

Segundo o ministério da saúde (2004) a proposta de humanização se caracteriza pelo incentivo ao diálogo e a troca de saberes entre os profissionais de saúde e a inclusão dos pacientes, o objetivo central é a resolução de conflitos, de estabelecer um ambiente que sustente construções coletivas em que haja mudanças a partir dos encontros entre seus componentes.

Para Araújo e Dimenstein (2006) o dentista se vê diante de muitos desafios, a preparação para exercício de suas

atividades torna-se importante, já que em sua formação recebeu apenas instruções voltadas para questões biológicas, técnicas, ações curativas, com pouca ênfase para os fatores socioeconômicos e psicológicos no processo de promoção e manutenção da saúde dos pacientes, desta forma o profissional de odontologia se depara com o despreparo mediante à manifestação de descontentamento de um cliente em relação ao atendimento recebido.

Consulta odontologia é acarretada de componente emocional, possibilitando a criação de uma relação íntima e invasiva. Desta forma investir na conscientização do paciente de que o trabalho possui um caráter estético e de alívio da dor, além disso o paciente que é tratado com atenção torna-se mais cooperativo durante o procedimento clínico, o dentista pode usar ao seu favor a empatia, relação que poderá minimizar e até suprimir a ansiedade do paciente, estabelecendo um ponto de confiança, segurança, tranquilidade e serenidade devem ser encorajadas pelo dentista durante o tratamento. (MOTA, SANTOS e MAGALHÃES, 2013)

Araujo (2006) assevera a necessidade de estabelecer um perfil clínico indispensável para o profissional de odontologia, sustentando a ideia de que esta é uma condição necessária para o estabelecimento do vínculo entre a

profissional e cliente. Faz-se por tanto ter conhecimento amplo e multidisciplinar, ter habilidade para atender diferentes tipos de demandas, gostar de trabalhar com comunidades pobres, em zona rural, ser paciente, corajoso e humano.

Para Nobre (2005) a busca da satisfação do paciente é fundamental, desta forma, a boa relação do dentista e paciente começa a partir do momento em que o profissional, por meio de sua sensibilidade, concebe que esta não é somente uma boca, é um indivíduo único, cheio de expectativas e receios, que procura um profissional em quem possa confiar.

Na odontologia a postura adotada é reducionista e determinística, normalmente a abordagem paternalista no tratamento de seus pacientes, essa forma de atuação ocorre desde século XIX período em que o cuidado odontológico envolvia o tratamento de infecções agudas, tinha como função principal era extrair os dentes e fabricar próteses. Com a transição epidemiológica da doença a odontologia passou para o tratamento de aflições crônicas (APELIAN; VERGNES; BEDOS, 2014).

A falta de um conteúdo educacional relacionada a humanização prejudica a formação dos profissionais de odontologia, afetando a perspectiva do paciente, gerando insatisfação tanto dos pacientes como dos dentistas. Falta a compreensão

substancial que existe entre as expectativas dos pacientes e as dos dentistas. (APELIAN, VERGNES e BEDOS, 2014)

Campos (2012) caracteriza o perfil ideal do dentista que obtém habilidades sociais e interpessoais: paciência, tranquilidade, simpatia; carisma; comunicação, bom relacionamento com o paciente e com os colegas, humanidade e atenção. Por esta diretamente relacionado com o público. O exercício da odontologia exige em suas atitudes, ações, compromisso em conhecer e respeitar direitos e obrigações, aliar as competências transversais que impactam no resultado profissional.

Na caracterização da prestação de serviço o cliente tem participação predominante no processo, representa uma interação entre um cliente e um prestador de serviços (FITZSIMMONS, 2014), gerador de relacionamentos entre as partes, estabelecimento de vínculo duradouro, onde o paciente é o maior interessado, demonstrando existe um desejo contínuo ou periódico pelo serviço, exige alto grau de envolvimento, é complexo e qualidade bastante variável (Gordon, 2000).

Segundo Mota (2013), a experiência submetida ao tratamento odontológico é passível de sentimentos de aversão em razão da possibilidade da dor, apesar do avanço científico e tecnológico na área de odontologia. Nesse contexto,

alguns pacientes usam termos como pavor, pânico e horror para descrever as sensações associadas ao tratamento. Neste sentido, fica evidente a necessidade do desenvolvimento da capacidade de manutenção das relações interpessoais dos profissionais de odontologia, pois estas relações facilitam o entendimento, a empatia e a alteridade no momento do tratamento, entender o processo, tratar o indivíduo não apenas com a sintomatologia, utilizando habilidades humanísticas nas relações sociais.

É importante salientar que dentro do comportamento do dentista constantemente princípios clínicos importantes, a compreensão, a tomada de decisão e a intervenção. Portanto, o papel desta representação heurística do modelo clínico é facilitar futuras construções de abordagens, levando em consideração a variabilidade individual em pacientes, profissionais e as necessidades particulares do contexto e situação. Não há uma cronologia destina para ser adotada em relação aos princípios, que por muitas vezes são utilizados simultaneamente (APELIAN; VERGNES; BEDOS, 2014).

Saito (2008) assevera que a qualidade do atendimento nos serviços de saúde é um dos fatores que determina a satisfação do usuário, neste contexto o conhecimento quanto ao atendimento odontológico é de fundamental

importância para um bom andamento do tratamento a ser realizado.

A formação acadêmica dos dentistas apresenta falha no quesito de dialógica com seus pacientes, apresentando muitas vezes condutas autoritárias presente na relação professor-aluno e a baixa autoestima proporcionada pelo processo de ensino-aprendizagem dificultam o desenvolvimento. (NUTO et al.,2006)

Segundo Barbabella (2008) outros fatores podem se tornar determinantes, como experiências anteriores com profissionais do mesmo sexo, o tipo de tratamento a ser realizado, o comportamento do profissional durante o atendimento, bem como o modo como se comunica, a idade do paciente e até mesmo as características físicas do profissional.

### **PSF (PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA)**

A estratégia de saúde da família reúne, portanto, a perspectiva da dimensão integral, ou seja, reconhecendo e atuando sobre as condições de risco presentes na comunidade e buscando recursos coerentes com o contexto social, econômico e cultural em que esta comunidade se insere (BETINI, SHUGAIR, 2009).

Segundo Ceccim (2004), nesta estratégia, a equipe de saúde, multiprofissional e interdisciplinar, é

considerada um importante dispositivo para a reorganização do processo de trabalho, visando um cuidado mais integral e resolutivo, resultante de práticas profissionais com diferentes recortes epistêmicos e efetuações clínicas, ante o desafio de responder às necessidades concretas de saúde dos usuários.

A Atenção Básica é o primeiro nível de atenção à saúde segundo o modelo adotado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). É guiada pelos princípios defendidos pelo SUS – universalidade, integralidade e equidade. Engloba um conjunto de ações de caráter individual e coletivo, que envolvem promoção de saúde e prevenção de doenças. (DELIBERATO, 2002).

Com a Constituição Federal de 1988 e a regulamentação do SUS, a partir da segunda década de 90, instituições ligadas à fisioterapia começaram a estimular a participação do fisioterapeuta na atenção básica à saúde (PORTES, 2011).

Em 1994, foi implantado o Programa de Saúde da Família (PSF), depois denominado Estratégia da Saúde da Família (ESF), reorganizando a prática assistencialista de acordo com os princípios do SUS. A estratégia da saúde da família reconhece e atua sobre as condições de risco presentes na comunidade, buscando recursos coerentes com o

contexto social, econômico e cultural em que esta comunidade se insere (RODRIGUEZ, 2010; NEVES, 2011).

Para Borges (2010) a Estratégia de Saúde da Família permitiu uma maior cobertura assistencial, na qual possibilitou às equipes identificar novas necessidades de saúde, gerando outras demandas assistenciais. Neste contexto há uma grande importância da inserção de outros profissionais, além dos que constituem a equipe mínima, a fim de assegurar a integralidade na atenção à saúde.

Com a definição da promoção da saúde como eixo central de reestruturação da saúde pública, impõem-se uma nova lógica de organização e uma redefinição na atuação da equipe multidisciplinar de saúde. Esse novo modelo busca romper com o curativíssimo do modelo vigente, reestruturando e articulando a assistência à saúde, controle de risco e prevenção de doenças. Cabe destacar o enfoque que deve ser dado às ações intersetoriais, visto da incapacidade do setor saúde de reverter, isoladamente, os determinantes mais gerais e estruturais (BUSS, 2000).

Segundo o ministério da saúde (2008) a reorganização do modelo de saúde, estabeleceu-se uma série de políticas públicas, como a Política Nacional de Atenção Básica, que reorienta princípios e diretrizes da Estratégia Saúde

da Família (ESF) e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), em 2008.

Para Cianciarullo (2002), o PSF é uma estratégia positiva na prestação de serviços na área de saúde, com ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas e das famílias de forma integral, contínua e proativa. Neste contexto a equipe multiprofissional torna-se responsável pela população que reside nas áreas de cobertura da unidade de saúde que pertence.

## **ACOLHIMENTO EM SAÚDE PÚBLICA**

O ministério da saúde (2006) implantou a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS, em 2004, com uma proposta de práticas de saúde em todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo dessa política de acolhimento segundo o Ministério da Saúde “é um modo de operar os processos de trabalho em saúde, de forma a atender todos que procuram os serviços de saúde, ouvindo o usuário e assumindo uma postura capaz de acolher, escutar e dar respostas mais adequadas aos usuários” (BRASIL, 2006, p.21).

Para Campos et. al (2010) o desempenho do exercício dos princípios do SUS de universalidade e equidade na relação entre serviços de saúde com os

usuários se dá através do acolhimento. Nesse contexto, se há uma limitação no ato do recebimento, há uma consequência de ações e modos que compõem o processo de trabalho em saúde (MAMUMOTO, 1998).

Franco et al. (1999) assevera a organização no acolhimento, de forma que o usuário seja o centro, partindo dos princípios: atender todas as pessoas que procuram os serviços de saúde; reorganizar o processo de trabalho, para equipe multiprofissional; aprimorar a relação entre usuário e equipe de saúde

O processo de acolhimento se dá em três esferas: postura, atitude e tecnologia do cuidado; mecanismo de ampliação e facilitação do acesso; e dispositivo de organização do processo de trabalho em equipe (BRASIL, 2010; BRASIL, 2011). Segundo Mitre (2012) esses procedimentos são provenientes da inclusão social em defesa do SUS, subsidiando a geração de reflexões e mudanças na organização dos serviços e na postura dos profissionais, na ideia do acesso universal, na retomada da equipe multiprofissional e na qualificação do vínculo entre usuários e profissionais de saúde.

Em seu entendimento, Lopes (2014) cita o acolhimento como uma ação que deve existir em todas as relações de cuidado, no vínculo entre trabalhadores de saúde e usuários, na prática de receber e

escutar as pessoas, estabelecer vínculo que permita a humanização do cuidado; amplie o acesso da população aos serviços de saúde; assegure a resolução dos problemas; coordene os serviços; e vincule afetivação de relações entre profissionais e usuários. Deve-se entender que a prática do acolhimento está presente em todas as relações de cuidado e pode se configurar de diferentes formas dependendo de quem participa dos processos e de como e em que condições este processo se encontra.

Para Mitre (2012) a relação de reciprocidade entre usuários que têm necessidades de saúde e trabalhadores que reconhecem essas necessidades, havendo entendimento onde há acolhimento do outro, compreensão e significação de suas singularidades e oferta dos saberes em saúde que venham permitir ao profissional intervenções continuadas de vínculo, produção de autonomia e responsabilização pelo resultado destas intervenções.

O acolhimento aproxima e humaniza as relações entre trabalhadores e serviços de saúde com seus usuários, através de escuta qualificada, formação de vínculo e respeito, obtendo uma resposta positiva e com a responsabilização pela solução do seu problema. (LOPES, 2014)

Matumoto S. (1998) considera o acolhimento nos serviços de saúde como um processo de relações humanas

realizado por todos os trabalhadores de saúde e em todos os setores do atendimento, não obtendo limitação ao ato de receber. Nesse contexto, humanizar a relação entre trabalhador e usuário necessita da construção de um processo de gestão do trabalho pautado na autogestão e na responsabilização do trabalhador de saúde com seu objeto de trabalho, a vida e o sofrimento das pessoas e da coletividade, é necessária uma reflexão sobre as relações entre usuário e trabalhador da saúde, ter entendimento da situação presenciada, um atendimento humanizado, fundamental como parte do processo de criação do vínculo (Franco 1999)

## CONCLUSÃO

O atual trabalho procurou analisar o relacionamento paciente e dentista no processo de humanização do serviço prestado. Na descrição literária, observa-se que o acolhimento como fator primordial para promover a humanização, características do bom anfitrião, demonstrar preocupação em aspectos que vão além do atendimento técnico, da eficácia e da qualidade.

Nesse contexto uma proposta de humanização, que envolva a alteridade, o respeito ao indivíduo é valorizada pelo o paciente, combatendo os sentimentos, as angústias, os medos e outras aflições que

possam influir positivamente ou negativamente no seu tratamento.

A melhora no atendimento odontológico passa por um entendimento maior do papel do profissional de odontologia perante seu paciente, a percepção da importância de um contato humanizado.

Os enfoques e dificuldades referentes ao estabelecimento do vínculo se torna importante por meio de aproximação do profissional com a realidade vivenciada pelo usuário, bem como, conseqüentemente, de construção dessa relação de amizade e confiança baseada no vínculo, assim, conhecer a realidade das pessoas de sua área de trabalho, estabelecer com elas uma verdadeira aproximação.

Sabemos que humanização é pouco abordada e vivenciada no processo de formação do profissional, a formação excessivamente técnica dos cursos de graduação em Odontologia em detrimento à formação humanística, que pode ser a transformada através do processo de educação.

## REFERENCIAS

APELIAN, N.; VERGNES, J.; BEDOS, C. Humanizing clinical dentistry through a person-centred model. *The International Journal of Whole Person Care*, v. 1, n. 2, p. 30-50, 2014.

ARAÚJO, Y.; DIMENSTEIN, M. Estrutura e organização do trabalho do cirurgião-dentista no PSF de municípios do Rio Grande do

Norte. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 11, n. 1, p. 219-227, 2006.

BETINI, G.; SHUQAIR, N.S.M.S.A.Q.

Vigilância sanitária e risco: uma abordagem das proposições legislativas apresentadas no congresso nacional em 2007. *Rev. Direito Sanit.*, v.10, n.2, 2009.

BORGES, A. M. P. et al. A contribuição do fisioterapeuta para o Programa de Saúde da Família – uma revisão da literatura.

*UNICiências*, Cuiabá, v. 14, n. 1, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual do Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar-PNHAH. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Brasília; 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BUSS PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Cien Saude Colet* 2000.

CAMPOS, L. et al. Concepção de dentistas de Santa Catarina (Brasil) sobre o perfil do profissional ideal. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, v. 14, n. 2, p. 2024, 2012.  
CAMPOS, G. W. S. Clínica e saúde coletiva compartilhadas: teoria Paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006

CAMPOS, G. W. S. A saúde pública e a defesa da vida. São Paulo: Hucitec, 2002.

CANALLI Cse, GONÇALVES ss, CHEVITARESE I, SILVEIRA Rg, MIASATO Jm. A humanização na odontologia: uma reflexão sobre a prática educativa. *rev bras odontol* jan.-jun. 2011.

CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L.C.M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, set-out, 2004

CIARULLO, Camara Ixanocu; GUAKDA, Dulce Amria Rosa; SILVA, Gilberot Tadeu Reis da Silva; CUNHA, Isabel Cristina Kocual Olm Cunha. *Saúde na Família e na Comunidade*. São Paulo: Robe Editorial, 2002.

COSTA, G. et al. A integralidade, a partir do acolhimento, nas práticas de ensino clínico em uma faculdade de odontologia. *Arquivos em Odontologia*, v. 50, p. 6370, 2014.

DELIBERATO, Paulo C. P. *Fisioterapia preventiva – fundamentos e aplicações*. Editora Manole, 2002.

FERNANDES MFP, Pereira RCB. Percepção do professor sobre o respeito. *Nursing* 2005.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. *Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação*. Porto Alegre: AMGH, 2014.

FRANCO, T. B. et al. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(2):345-353, abr-jun, 1999.

GORDON, I. *Marketing de relacionamento: estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre*. São Paulo: Futura, 2000.

LOPES, A. S. *Acolhimento prescrito x real: uma análise sobre as relações entre trabalhadores e usuários na Estratégia Saúde da Família*. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) – Centro de



Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014

MATUMOTO S. O acolhimento: um estudo sobre seus componentes e sua produção em uma unidade da rede básica de serviços de saúde. Ribeirão Preto. [dissertação]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/ USP; 1998

MITRE, S. M.; ANDRADE, E. G.; COTTA, R. M. M. Avanços e desafios do acolhimento na operacionalização e qualificação do Sistema Único de Saúde na Atenção Primária: um resgate da produção bibliográfica do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 2071-2085, 2012.

MOTA, L.; SANTOS, T.; MAGALHÃES, D. Humanização no atendimento odontológico: acolhimento da subjetividade dos pacientes atendidos por alunos de graduação nos campos de estágio. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 16, n. 4, p. 537-544, 2013.

NOBRE, E. S. et al. Avaliação da qualidade de serviço odontológico prestado por universidade privada: visão do usuário. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 18, n. 4, p. 171-176, 2005.

PESSINI L. Humanização da dor e do sofrimento humanos na área da saúde. In: Pessini L., 2004.

PORTES, Leonardo Henriques; CALDAS, Maria Alice Junqueira; PAULA, Leandro Talma; FREITAS, Marcos Souza. Atuação do fisioterapeuta na atenção básica a saúde: uma revisão da literatura brasileira. *Rev. APS*; 2011.

RODRIGUEZ, Michelline R. Análise histórica da trajetória profissional de fisioterapia até sua inserção nos núcleos de apoio a saúde da família. Brasília-DF. Com. Ciências Saúde. 2010



[www.editorahawking.com.br](http://www.editorahawking.com.br)